

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
NÚCLEO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

ANA PAULA CRUZ SANTOS

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DO GABINETE DE
LEITURA DE MARUIM (1877-1900)**

**SÃO CRISTOVÃO (SE)
2013**

ANA PAULA CRUZ SANTOS

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DO GABINETE DE
LEITURA DE MARUIM (1877-1900)**

Monografia apresentada ao Núcleo de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia e Documentação.

Orientadora: Prof^a. Ma. Glêyse Santos Santana

**SÃO CRISTOVÃO (SE)
2013**

ANA PAULA CRUZ SANTOS

**FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES DO GABINETE DE
LEITURA DE MARUIM (1877-1900)**

Monografia apresentada ao Núcleo de Ciência
da Informação da Universidade Federal de
Sergipe para obtenção do grau de bacharel em
Biblioteconomia e Documentação.

Data de Apresentação: 12 de março de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Ma. Glêyse Santos Santana - Orientadora
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Profa. Ma. Rosane Guedes da Silva – Membro Externo
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari – Membro Interno
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

AGRADECIMENTOS

Ao escrever estes agradecimentos pude lembrar de pessoas importantes que contribuíram para que minha dissertação caminhasse e conseguisse chegar ao fim. Assim, primeiramente agradeço a Deus, esta força superior presente em todos os momentos dessa jornada. Concedendo-me humildade no momento de vitória e fortalecendo-me nas horas difíceis. Senhor, sem a vossa ajuda jamais teria conseguido esse sucesso.

Embora não estejam mais presentes, aos meus pais, Maria Iolanda dos Santos e João Cruz Santos, pela dedicação, apoio e oportunidade que me ofereceram aos quais foram de fundamental importância para que eu atingisse meus objetivos.

À colega de trabalho e historiadora, Maria Lidiane Reis, por me instigar a escrever essa pesquisa sobre a importância do Gabinete de Leitura de Maruim no campo da Ciência da Informação.

À minha orientadora, Prof^a M^a Glêyse Santos Santana, pela presença, incentivo e dedicação no processo de construção dessa dissertação. Muito Obrigada!

À Prof^a Dr^a Valéria Aparecida Bari pelos incentivos e orientações a respeito da nossa profissão de Bibliotecários e Documentalista, demonstrando-se dedicação e amizade, estando muito atenciosa com todos. Muito Obrigada.

À Prof^a M^a Martha Suzana Cabral Nunes pelo auxílio na construção deste trabalho além da amizade, dedicação e atenção com todos. Muito Obrigada!

Ao Prof. Dr. Fabiano Ferreira de Castro pela dedicação durante esses anos de graduação, sendo de fundamental importância na construção do nosso conhecimento. Muito Obrigada!

Ao corpo docente e aos funcionários da secretaria do Núcleo de Ciência da Informação do Curso de Biblioteconomia e Documentação pela maneira atenciosa que nos recebiam e pela presteza nas nossas solicitações.

Enfim, a todos aos meus amigos de graduação, em especial à Sandra Vieira e France Mabel pelas inúmeras ajudas, principalmente nos momentos de desespero e dúvidas. Obrigada Meninas.

“Quanto mais Bibliotecas o Brasil disponibiliza mais a educação cresce. A Biblioteca é um dos pilares da instrução brasileira.”

Bindes, fá - Biblioteca

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar os aspectos importantes que envolvem a Formação do Acervo desenvolvido na segunda metade do século XIX, no âmbito do Gabinete de Leitura de Maruim, trazendo como referência alguns itens bibliográficos existentes ainda hoje na própria Instituição. Apresenta, através da revisão de literatura, o contexto social, geográfico e político que marcaram o município de Maruim no final do século XIX assim como o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções, especialmente a prática de Doação, exercício pertinente ao campo da Biblioteconomia e que era aplicada na formação do acervo do Gabinete. Faz uma referência sobre o perfil dos colaboradores e a situação educacional dos leitores da Instituição naquela época, assim como seus interesses e influências culturais. Conclui que para a Ciência da Informação, a função desempenhada pelo Gabinete de Leitura do Maruim estar relacionada com o papel do Colégio Invisível visto que o Gabinete proporcionava troca de informações entre os leitores possibilitando assim a disseminação do conhecimento.

Palavras-chave: Doação. Formação e Desenvolvimento de Coleções. Gabinete de Leitura de Maruim. Sergipe. Século XIX.

ABSTRACT

This work seeks to identify the aspects that are part of the collection formation developed on the second half of the nineteenth century, on the behalf of the Gabinete de Leitura de Maruim, bringing as a reference bibliographical items still existing in that very Institution. It is presented, through reading review, the social, geographical and political context and the process of Formation and Development of Collections, specially the Donation practice, exercise that belonged to the librarianship as it was applied on the formation of the ministry collection. It makes a reference over the profile of the employees and the educational situation of the readers on that time's Institution, so as its interests and cultural influences. It concludes that for the Information Science, the roll of the Gabinete de Leitura is related to the roll of the Invisible School since it's given the opportunity for readers to disseminate the knowledge.

Key Words: Donation. Formation and Development of Collections. Gabinete de Leitura de Maruim. Sergipe. Nineteenth Century.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FDC – Formação e Desenvolvimento de Coleção

GLM – Gabinete de Leitura de Maruim

SL – Sala de leitura

UI – Unidade de Informação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	O Engenho Pedras é o cenário ideal para uma análise do processo evolutivo da cultura canavieira em Sergipe.....	17
Figura 2:	O Barão de Maruim.....	19
Figura 3:	Antiga fachada do Gabinete de Leitura de Maruim. Prédio adquirido em 1926 com o apoio do Governo de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso.....	22
Figura 4:	Ilustração da matéria “Pesquisa revela a história do livro e dos gabinetes de leitura em Belém.....	24
Figura 5:	Obra “O Ventriloquo”.....	37
Figura 6:	Obra “O Ventriloquo” (Folha falsa).....	38
Figura 7:	Obra “Um homem de Brios”.....	39
Figura 8:	Vesperas	40
Figura 9:	Olympia de Clementes.....	41
Figura 10:	Obra “Os companheiros das Tuberias”.....	42
Figura 11:	Obra “Philosophie”.....	43
Figura12:	Obra “La Paix Du Ménage”.....	44
Figura 13:	Obra “Nouvelle legislation prussienne”.....	45
Figura 14:	Obra “Vingança do Sargento”.....	46
Figura 15:	Obra “Rei dos Ciganos”.....	47
Figura 16:	Obra “The Vicar of wakefield”.....	48
Figura 17:	Obra “Lélia”.....	49
Figura 18:	Contracapa da obra Lélia.....	50
Figura 19:	Obra “Um começo da vida”.....	51

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O GABINETE DE LEITURA DE MARUIM E A FORMAÇÃO DE LEITORES EM FINS DO SÉCULO XIX.....	15
2.1	A cidade de Maruim no contexto dos oitocentos.....	15
2.2	Contexto de fundação do Gabinete de Leitura de Maruim.....	18
3	OS GABINETES DE LEITURA ENQUANTO UNIDADES DE INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	24
3.1	Os gabinetes de leitura enquanto unidades de informação.....	24
3.2	O Desenvolvimento de Coleções e sua contribuição para formação de leitores.....	30
4	O ACERVO DO GLM E SUA POLITICA DE FORMAÇÃO (1877-1900).....	35
4.1	A lógica da formação do acervo do Gabinete de Leitura de Maruim (1877- 1900).....	35
4.2	Os primeiros trinta anos do acervo do Gabinete de Leitura de Maruim.....	37
4.3	Ações desenvolvidas pelo GLM para a difusão da leitura.....	52
4.4	Os promotores da “cultura erudita” do GLM (1877-1900).....	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	61
	ANEXOS.....	65
	ANEXO A – Acervo do GLM.....	66
	ANEXO B – Acervo do GLM.....	67
	ANEXO C – Fachada do GLM.....	68

1 INTRODUÇÃO

Segundo Ata de fundação lavrada em 1877¹, foi criado na região da Cotinguiba, Província de Sergipe, o Gabinete de Leitura de Maruim (GLM)². Tal fato é consonante à onda de modernização e instalação de instituições culturais e literárias no Brasil, em fins do Segundo Império. Quanto à origem, sabe-se que este e outros gabinetes surgem como herança de fatos que marcaram a história européia, pós Iluminismo e Revolução Francesa. Reza a literatura especializada que essas agremiações culturais foram inspiradas nas casas francesas *boutiques a lire*, casas que realizavam empréstimos de livros mediante pagamento e difundiam a leitura, cuja prática favorecia o comércio livreiro, além de despertar o interesse dos analfabetos.

[...] eram casas onde se podiam alugar livros, mediante pagamento e prazo para sua devolução. Desenvolveram-se na Europa, em especial na França, Inglaterra e Alemanha, dedicadas, portanto, ao empréstimo de livros para leitura domiciliar, diferenciando-se das bibliotecas públicas, que permitiam a consulta, muito embora gratuita, somente dentro de suas dependências (MATTOS, 2007, p.1).

No tocante as obras que compreendiam o acervo dessas bibliotecas, Maria Lúcia Silva (2006, p. 33), destaca a presença de duas categorias: as de conhecimento gerais para o homem e as que tratavam das especialidades de cada profissão: agrícola, industrial, comercial, artística, dentre outras. Entretanto, essa autora salienta que predominava como estilo literário, o romance, principalmente os romances-folhetins, destacando a censura imposta a estes, em função dos enredos inspirados em violência e afetos excessivos. Tal leitura foi acusada por alguns segmentos da sociedade, sobretudo Igreja e Estado, de corromper os bons costumes. Os acervos não raras vezes, eram criticados e em alguns casos os exemplares dos livros “perigosos” eram retirados de circulação.

Dessa forma, as *boutiques a lire* passaram a se constituir, sobretudo, pós movimento de Ilustração, e apesar da censura e controle das autoridades, em espaços onde o livro pode circular como produto de civilidade e cultura. Não menos importante esse empreendimento ter sido responsável a princípio na Europa e posteriormente na América, pela fundação dos Gabinetes de Leitura. Estes por sua vez, inspirados no modelo do Real Gabinete Português de Leitura, espalharam-se pelas províncias do Brasil durante o século XIX (DIÓGENES; SANTOS, 2010).

¹Documento constante do acervo do Gabinete de Leitura de Maruim.

² Esta sigla será utilizada no texto em referência ao referido Gabinete de Leitura de Maruim.

Isto posto, este projeto de pesquisa se propõe a investigar de que forma se processou a Formação e Desenvolvimento de Coleções no GLM, instituído na Província de Sergipe no final do século XIX, o qual frisava entre seus objetivos de criação, a formação intelectual e moral dos cidadãos por meio da difusão da cultura escrita. Assim, tal pesquisa se justifica pela importância em mapear o processo de formação e desenvolvimento de coleções do GLM em seus primeiros trinta anos de existência, uma vez que, este órgão se constituiu de fundamental importância para a disseminação do conhecimento, mesmo que ainda restrito a determinadas classes, e, materializou-se em símbolo do movimento cultural que estava em expansão no século XIX em prol do livro e do fomento à prática de leitura na Província sergipana.

De forma geral, objetiva-se explorar nesse trabalho, o processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções do acervo constante do GLM (1877-1900) e sua relação com o contexto político e socioeconômico à época. De forma específica, pretende-se em primeiro lugar, abordar o contexto de formação dos Gabinetes de Leitura no Brasil, em especial, do GLM, identificando os responsáveis pela criação deste órgão de fomento cultural em Sergipe, e as possíveis ações de difusão da leitura fomentadas por ele; posteriormente, buscar-se-á discutir a importância dos Gabinetes de Leitura para a formação da comunidade no século XIX, destacando-se o desenvolvimento de coleções para o fomento da leitura e formação de leitores; por fim, o interesse se centrará no acervo desenvolvido no GLM na temporalidade estudada, incluindo-se nesse tópico as práticas de seleção e formação desse acervo nos trinta primeiros anos de funcionamento e suas implicações.

Como suporte para tais análises, serão utilizados trabalhos teóricos e empíricos acerca do tema abordado. Sobre o desenvolvimento de Coleções, Dias e Pires (2003) salientam que para gestão da informação se faz necessária uma metodologia específica visando planejar, decidir, operacionalizar e avaliar a formação e o desenvolvimento de coleções de acordo com os objetivos e usuários de cada tipo de unidade de informação. Tal afirmação sugere que o Processo de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PFDC) do GLM pode representar tanto as características da política de coleções de seus gestores quanto às de sua comunidade. Dessa maneira, considerar-se-á ainda no presente estudo, além dos aspectos acima elencados, que tais operações (formação e desenvolvimento de coleções) constituem um processo que pode tanto afetar quanto ser afetado por fatores externos. Tal fato é analisado por Silva, M. (2006) ao ressaltar que a criação de gabinetes, geralmente ocorreu em localidades onde o progresso econômico foi tônica à época. Acrescenta ainda, que o desenvolvimento econômico e a localização geográfica são fatores que vão colaborar para a formação de classes sociais

médias e abastadas participantes das práticas culturais e de sociabilidade no interior da comunidade. O conceito de comunidade é entendido como um grupo formado por um número pequeno de indivíduos, que partilham um mesmo local, onde as relações sociais são determinantes (BLANK; SARMENTO apud MACHADO, 2010). Portanto, infere-se que as ações voltadas para a comunidade devam ser baseadas nas características do grupo a ser atendido, ou seja, as questões como situação socioeconômica, educacional, entre outras, são peculiares a cada grupo social (BLANK; SARMENTO, 2010).

Também será de grande valia, o trabalho de Simone Rocha Weitzel, intitulado *A política para desenvolvimento de coleções*, publicado em 2006. Nele, a autora, acrescenta que o estudo da comunidade é uma atividade complexa por envolver uma investigação de primeira mão, uma análise e uma coordenação dos fatores econômicos, sociais e de outros aspectos inter-relacionados de um grupo selecionado. Nele, a pesquisadora destaca os elementos importantes, sob a forma de doze passos, para a elaboração de uma política de formação e desenvolvimento de coleções. Nessa análise, a autora considera que, antes de iniciar o planejamento da política de desenvolvimento de Coleções é preciso pressupor o papel da biblioteca para a comunidade e o como a biblioteca pode ser dinâmica para a instituição que a mantém. Pois, a missão, as metas e os objetivos de uma biblioteca devem se compatíveis com a missão, as metas e os objetivos da instituição mantenedora. Portanto, a política de desenvolvimento de Coleções no GLM será estudada como um instrumento estratégico utilizado pelo gestor ou bibliotecário, visando alcançar uma sintonia entre o papel da biblioteca para a comunidade e a finalidade da instituição.

Nessa linha, também será utilizado o trabalho de Ana Cláudia Carvalho de Miranda intitulado *Desenvolvimento de Coleções* (2007) que aborda aspectos cruciais para esta pesquisa tais como: estudo de comunidade, processo de seleção, critérios de seleção, política de seleção e processo de aquisição. Tais fatores serão importantes para que se perceba os caminhos trilhados pelos gestores do Gabinete de Leitura de Maruim, quando da formação de seu acervo.

Especificamente acerca do GLM, será utilizado o trabalho de Silva, (2006), no qual a autora salienta aspectos acerca do acervo, destacando que este, é predominantemente literário, com destaque para os romances de autores nacionais em detrimento dos estrangeiros. Dentre os estrangeiros, contudo, percebe-se ao adentrar o referido gabinete, que houve uma forte inclinação para aquisição de bibliografia francesa, seguindo uma tendência nacional. Quanto à forma de aquisição, no acervo do GLM foram identificadas além de compras institucionais,

notas intituladas “Doação”, constituindo-se estas, mecanismos de composição do processo de desenvolvimento de coleções, o que será explorado nesse estudo.

Por fim, dois outros trabalhos acerca do GLM, possibilitam entrever aspectos gerais. O primeiro deles, a dissertação de Mestrado de Maria Lúcia Marques Cruz e Silva intitulado *Revista Litterária do Gabinete de Leitura de Maruim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe* defendida em 2006. Neste trabalho a autora aborda as características geográficas, econômicas e políticas do Município de Maruim a partir da segunda metade do século XIX o que será importante para apreensão do desenvolvimento urbano e cultural do município em relação aos demais municípios do Estado. Silva faz uma interligação do fator geográfico com o desenvolvimento comercial, urbano, político e cultural em Maruim. A segunda obra, *O Gabinete de Leitura e suas implicações na cultura escolar do império – notas sobre a instituição no nordeste brasileiro*, publicada por Maria das Graças de Loiola Madeira, trata-se de um estudo comparativo entre os Gabinetes de Leitura de Alagoas e Ceará. Nesta obra, Madeira investigou os propósitos pedagógicos dos Gabinetes de Leituras dos referidos estados. Seu foco foi ilustrar a mentalidade de seus sócios, exclusivamente masculinos, e sua relação com as instituições de ensino. Segundo a autora, os fundadores dos gabinetes de leitura que se destacavam no campo da política e da intelectualidade tinham a convicção do poder relacionado à educação, no sentido de consolidar em suas imagens “visibilidade” e “prestígios”.

Para execução dessa pesquisa de cunho qualitativo, utilizar-se-á a abordagem metodológica do estudo de caso, uma vez que, esse trabalho explorará de forma particular o complexo contexto de entrever no passado, a lógica aplicada no GLM, para formação e desenvolvimento de coleções entre 1877 a 1900, ou seja, as possíveis condições, estratégias e implicações que condicionaram as ações de seus responsáveis e membros na formação de seu acervo. Dessa forma, em primeiro lugar, buscando uma maior familiaridade com o problema proposto fez-se um levantamento bibliográfico acerca de obras que abordam os gabinetes de leitura em diferentes contextos e regiões, em especial, àquelas que versam acerca do GLM. Posteriormente, procedeu-se o levantamento documental acerca do referido gabinete, bem como o levantamento bibliográfico do acervo dessa casa, buscando apreender os mecanismos de aquisição e desenvolvimento do referido *corpus*, lastreando-se para sua análise, em estudos que tenham objetos similares ao aqui observado. As fontes para realização desse trabalho estão localizadas no Gabinete de Leitura de Maruim, na cidade de mesmo nome, sendo o conjunto documental, composto por livros e documentos manuscritos.

Em sua parte formal, este trabalho divide-se em cinco seções. Na primeira delas, a *Introdução* far-se-á um apanhado geral acerca do estudo em questão. Sequencialmente, em *O Gabinete de Maruim e a formação de leitores em fins do século XIX*, o foco recairá na importância do GLM para a formação de leitores na Província de Sergipe no oitocentos, e nos aspectos sócio-político-econômicos na região de Maruim. Na sequência, em *Aspectos Importantes no Estudo da Comunidade Leitora de Maruim*, explicitar-se-á essa comunidade leitora e os fatores externos que influenciaram na política de seleção do acervo do GLM. Na quarta seção, *O Gabinete de Leitura e seu acervo Literário*, serão analisados os gêneros literários predominantes no referido acervo, buscando compreender as modalidades de aquisição do mesmo. Por fim, nas Considerações Finais serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

2 O GABINETE DE LEITURA DE MARUIM E A FORMAÇÃO DE LEITORES EM FINS DO SÉCULO XIX

2.1 A cidade de Maruim no contexto dos oitocentos

No século XIX o tradicional centro produtor de açúcar das Antilhas, desde o século XVI, entra em colapso devido à onda liberal republicana que assola o território espanhol no continente americano. Tais ideias dão origem a movimentos que já a partir da segunda década do oitocentos tiveram como consequências: conflitos armados, mortes, destruição, a independência das ex-colônias e o desabastecimento mundial do açúcar. Esse vácuo, propiciado por tais enfrentamentos, fez ressurgir de forma significativa no Brasil, a cultura da produção da cana-de-açúcar, carro chefe da economia de parte significativa do litoral nordestino a essa época. Nesse contexto, a Província de Sergipe D'el Rey ganha destaque nacional e a região da Cotinguiba torna-se o centro econômico provincial.

Para Silva (2006), a região do Rio Cotinguiba exerceu grande influência na economia do estado por conta de dois fatores preponderantes que favoreceram o desenvolvimento econômico dessa região: a sua posição geográfica, uma vez que a região ficava próxima a Barra dos rios Sergipe e Japaratuba, o que facilitava o escoamento da produção dos importantes engenhos da região e o seu solo, do tipo massapé, propício ao cultivo de cana de açúcar. Dessa forma, a demanda internacional e as ótimas condições geográficas, atraíram para a região, homens com recursos e crédito, empregados na compra de terras e construção de engenhos expandindo assim a agroindústria na Zona da Mata sergipana, bem como propiciou a conversão de antigos agricultores e criadores em senhores de engenho. A conjunção desses fatores foi fundamental para o desenvolvimento de povoações, freguesias e vilas responsáveis pelo abastecimento e pela economia interna e externa da região, bem como, para o uso efetivo dos rios, através da Companhia de Navegação Sergipana, apoiada pelo governo e homens de posse, o que propiciou a circulação de pessoas e mercadorias através de suas bacias.

Nessa região localiza-se a cidade de Maruim. Cidade que no século XIX, sobretudo em sua segunda metade, tornou-se o principal centro econômico de Sergipe devido a sua localização geográfica, condições climáticas favoráveis à produção do açúcar, significativo índice populacional à época, sobressaindo-se no panorama político, econômico e cultural do Estado. Ressalte-se ainda, a importância como anteriormente visto, de sua rede fluvial, de

intensa navegação, que colocava a cidade em “comunicação direta e permanente com povos estrangeiros” (AZEVEDO, 2011, p. 5).

Nascida às margens do rio Ganhamoroba, Maruim, logo se tornou um entreposto de grande quantidade de açúcar, permitindo o estabelecimento das mais importantes casas comerciais nacionais e estrangeiras, da província de Sergipe d’ El Rei. Obteve destaque como grande centro urbano, comercial, político e social, sendo as disputas pelo poder político que trouxe para si a condição de vila de Santo Amaro de Maruim em 19 de fevereiro de 1835 e à cidade em 05 de maio de 1854 (AZEVEDO, 2011, p. 5).

Entre os estrangeiros³, podemos citar, sobretudo, os portugueses, alemães, franceses e ingleses. Entre os nacionais, destacaram-se baianos, cariocas, rio-grandenses e paulistas. Todos, atraídos pelos negócios da exportação do açúcar, ou mesmo do comércio varejista. Tal fato, não ficou despercebido, nas pesquisas históricas acerca da antiga Província. Sabe-se que a povoação de Maruim teve início nas primeiras décadas do século XIX, sob a influência econômica dos imigrantes, a exemplo de José Pinto de Carvalho, português que instalou o primeiro Trapiche Alfandegário e fundou conseqüentemente, a vila de Maruim em 1835, nas terras do Engenho Maruim de Baixo⁴.

Finalmente, em 21 de março de 1836, com a instalação da Alfândega no Porto das Pedras pelo Presidente de Província, Bento de Melo Pereira, Maruim, ainda vila, transformou-se na porta do progresso de Sergipe e da região, devido às transações comerciais com diversos países da Europa. Mesmo assim, Maruim apresentava um contraste econômico no cenário local, pois o comércio convivía com a cultura do algodão e a importante produção agrícola de cana de açúcar, responsável pelo surgimento de centenas de engenhos nessa região, em cujo cenário ainda persistem imagens do passado.

³Desde o seu descobrimento, o Brasil foi alvo da curiosidade estrangeira. A partir dos primeiros séculos da colonização, o país começou a receber viajantes cujo número aumentou bastante com a abertura dos portos às nações amigas em 1808, pelo então príncipe regente dom João, que aqui desembarcou com a corte portuguesa. Houve então crescente afluxo de navios de diferentes nações aos portos brasileiros, aumentando consideravelmente após a Independência. Traziam a bordo passageiros das mais variadas profissões e interesses, atraídos pela terra desconhecida e, até então proibida, ante os rigorosos controles de visita exercidos pelas autoridades portuguesas nos primeiros séculos da colonização. Eram cientistas, artistas, missionários religiosos, políticos, militares, representantes comerciais, aventureiros e até piratas. Esse período de atividade exploradora ficou conhecido como o novo descobrimento da América (SILVA, 2010, p. 67).

⁴José Pinto Carvalho tinha o interesse de transportar o seu armazém situado no Porto das Redes em Trapiche para essa região. Para atingir seus objetivos, Carvalho usou de sua habilidade para convencer o proprietário do Engenho Maruim de Baixo, Manuel Rodrigues de Carvalho, e as lideranças dessa faixa de terra. O senhor Manuel Carvalho, por ser rico e influente na Província de Sergipe, conseguiu levar o Presidente da Província, Manoel Clemente, àquela localidade, e após este fato, a autoridade competente, encaminhou uma representação ao Imperador Pedro II, que autorizou a instalação do primeiro Trapiche Alfandegário (SILVA 2006, p.18).

Figura 1: O Engenho Pedras é o cenário ideal para uma análise do processo evolutivo da cultura canavieira em Sergipe.



Fonte: Chianca, (2007).

Com a fixação dos imigrantes, o crescimento da localidade e o significativo volume de negócios da região, se acelerou também o “progresso” local. Diversos consulados⁵ foram instalados em Maruim. Destaca Silva (2006, p. 19) que, [...] “No tocante ao seu comércio, era comum o desfile de comboios de animais sobre o tosco piso de pedra calcária carregados de mercadorias”. Juridicamente, sob a batuta dos interesses de senhores de engenho, com destaque para o Barão de Maruim, e os portugueses Manoel Rodrigues de Figueiredo, também oriundo do setor agroindustrial e do já citado, José Pinto de Carvalho, cujas articulações foram responsáveis pela autonomia política de Maruim e sua elevação à Comarca em 05 de maio de 1854.

Outra presença imigrante de destaque foi sem dúvida a família Schramn. Para Silva (2006), a chegada de Otto Schramn⁶ foi fundamental para o progresso da cidade, devido,

⁵Já em 1850 haviam sido instalados em Maruim, os consulados da Alemanha, Inglaterra, Noruega e Suécia, cujos titulares eram respectivamente Otto Schramn, Robert Brown e acumulando o cargo das duas últimas nações, o Dr. Thomaz Rodrigues da Cruz. D. Pedro II em seu diário particular ainda cita os vice-consulados de Nápolis e Áustria (SILVA, 1994, p. 92).

⁶Otto Schramn compôs a primeira diretoria o Gabinete de Leitura de Maruim, conforme Ata fundação lavrada em 1877. “Os Schramm exerceram em Maruim benéfica influência e a opulência do seu viver, como também a generosidade dos seus gestos ainda hoje são conhecidos. O cônsul Otto Schramm foi, para Maruim, um símbolo de rara cultura e um edificante exemplo de que o trabalho tudo vence. Velhos de hoje, que moços freqüentaram o solar dos Schramm, narraram-me o fausto que ali resplandecia nas largas e claras salas muradas de espelhos e adornadas a rigor; no salão-refeitório, em cuja imensa, pesada e custosa mesa de jacarandá, com pitorescos

sobretudo, a instalação de casas comerciais importantes para toda a Cotinguiba, e, pela contribuição e apoio aos irmãos Cruz⁷ na fundação do GLM, que contribuiu para o fomento e difusão da cultura letrada na região. Por sua influência e ligações com senhores de terra, jornalistas, políticos, arregimentou a Sala de Leitura, que em seus Estatutos foi denominada Gabinete de Leitura de Maruim em 1877. Tal fato aumentou a circulação e a criação de impressos, periódicos, livros e revistas, que forma surgindo e se multiplicando durante algumas décadas.

Dessa forma, percebe-se numa primeira instância, que o já citado crescimento econômico de Maruim, fruto do afluxo de prósperos imigrantes e homens letrados para essa localidade, aliado a força política exercida por uma elite canavieira, dirigida pelo Barão de Maruim, tornou a cidade um destaque na segunda metade do século XIX, inclusive intelectualmente. Tal fato coaduna-se com a Primeira Lei de Ranganathan (2009): “Os Livros são para usar”. Com tal afirmação, este autor preconiza que os responsáveis pela instalação e utilização de uma a biblioteca, ao interessarem-se pela difusão daquilo que a biblioteca oferece, devem instalá-la em meio a sua clientela, ou seja, onde houver um aglomerado humano. Para ele, aí se configurará o lugar ideal para a instalação da biblioteca. Os fundadores do GLM no século XIX, não tinham conhecimento dessa teoria, mas, sem dúvida, investiram no movimento capaz de aglutinar uma série de instituições voltadas ao fomento das letras e novas ideias (AZEVEDO, [200-?]).

2.2 Contexto de fundação do Gabinete de Leitura de Maruim

A segunda metade do século XIX em Maruim foi marcada pela chegada de diversos investidores brasileiros, portugueses, alemães, suecos e noruegueses, os quais contribuíram para dar corpo a alcunha da Vila, “Empório de Sergipe”. O desenvolvimento portuário, no que concerne à economia sergipana, contribuiu para que Maruim se tornasse o maior centro econômico do Estado a partir da segunda metade do século XIX. Contudo, para além do transporte de mercadorias e produtos, a função de cidade portuária permitiu a Maruim uma comunicação direta e permanente com povos estrangeiros, com a Corte no Rio de Janeiro e

entalhes, lampejavam os mais finos cristais, tinha um serviço extravagante de prata reluzente, branqueava uma enorme toalha de linho holandês e aromatizavam o ambiente todos os frutos da Europa e todas as especiarias do Oriente. Nas lácteas espáduas e nos alabastrinos colos das sonhadoras filhas do Reno e do Danúbio, rangiam as sedas asiáticas e cintilavam as pedrarias italianas. Era o alto burguesismo comercial de Bremen e de Hamburgo em toda a sua magnificência, neste retalho geográfico da América Austral” (NASCIMENTO, 2005).

⁷ Comendador João Dominguez da Cruz e Thomaz Rodrigues da Cruz.

outras províncias do Império (SILVA, 2006). Tal comunicação permitiu incorporar valores e modelos de sociedades que lhe serviam de referência.

Saveiros, sumacas e outras embarcações navegando pelas barras atestavam o grau de riqueza da pequena Província, servindo para o intercâmbio humano, social e cultural com os portos mais importantes do Império e alguns portos do mundo, destino e ao mesmo tempo origem de mercadorias (AZEVEDO, 2011, p. 5).

Dentre os líderes políticos da localidade, destaca-se nesse período, a figura de João Gomes de Melo (1809-1890) conhecido como Barão de Maruim, o qual detinha grande prestígio dentre os líderes cotinguibenses em Sergipe e entre importantes políticos nacionais, fato que, dentre outros condicionantes, vai elevá-lo à condição de Senador do Império.

Figura 2: O Barão de Maruim



Fonte: Santos, (2010).

Segundo Silva, a relação de confiança entre o Barão de Maruim e D. Pedro II, influenciou a visita da comitiva real em 1860. Devido à visita tão ilustre, Maruim ganhou novos contornos. Manoel Moreira de Souza Maciel, administrador local, autoriza a limpeza da cidade, a construção de um novo calçamento de pedras calcárias e de um ancoradouro denominado “Ponto do Desembarque” na Praça da Bandeira, a fim de recepcionar a família real (SILVA, 2006).

Contudo, embora Maruim tenha se destacado no cenário econômico da Província, o que rendeu a visita real, e, apesar da pompa e recepção ao imperador brasileiro as ações

educacionais não era dos melhores: os alunos eram muito fracos e seus professores não lhes superavam em muito. Segundo o próprio D. Pedro II, o nível dos alunos era baixo e os mestres deixavam a desejar.

[...] aula de meninas 47 matr. freq. 30 a letra da professora é sofrível. 1º lê sofrivelmente, apenas gramática, sabe só multiplicar. Há menos dum ano tendo estado noutra aula; mas não sabendo nada, segundo a mestra. 2º lê melhor, gramática quase nada; começa apenas a dividir. Esta que é uma das mais adiantadas mal sabe o credo. Há um ano mas já tinha estudado antes, mas quase nada segundo a professora. Letra sofrível. A professora parece não servir. Aula de meninos 113 matr. freq. 56 a 60. 1º lê sofrivelmente, apenas começou gramática, mas a nada respondeu talvez por acahado. Sabe só multiplicar. Há mais dois anos freq. outra. 2º o mais adiantado, lê sofrível, e nada respondeu sobre simples pergunta de gramática. Dividiu bem e mal sabe a prova real. Há mais de dois anos quase 3. 3º lê mal nada de gramática, sabe só multiplicar. Há quase 3 anos mas já tinha estudado noutra aula; falta muito por ser a mãe pobre. Quase nada sabem da doutrina e o professor, que parece, pelo menos, medíocre (D. PEDRO II, apud AZEVEDO, 2011, p. 6).

Tal fato é corroborado por Azevedo (2011), quando apresenta o quadro educacional de Sergipe nesse período. Pelas estatísticas da época, o analfabetismo na Província passou de 66,4% em 1872 para 67,2% em 1890. Este dado se faz importante na medida em que, paradoxalmente, corresponde ao período de ações governamentais visando o desenvolvimento da educação, mesmo que esta fosse destinada a um pequeno e seletivo grupo social. Inversamente, é importante ainda, se pensar o GLM, assim como outras instituições literárias surgidas em outras localidades e na capital aracajuana, como fomentadores da cultura letrada na Província de Sergipe.

De forma geral, o referido gabinete pode ser entendido como produto da onda de modernização e instalação de instituições culturais e literárias no Brasil, em fins do Segundo Império. Nesse período, com maior intensidade, Paris passou a ser o norte para alcançar a civilização e a presença de cientistas, artistas e estudiosos no Brasil não foi pequena. Imitavam-se seus “modos e fazeres”. Dentre eles, os gabinetes de leitura, mesmo que na França esse seja o período de decadência⁸ desses órgãos, quando os livros são preteridos aos periódicos. Tal transformação pode ser entrevista no comentário de Antônio Feliciano de Castilho na Revista Universal Lisbonense: “[...] este século, tão destruidor quanto criador, matou a livraria e pôs no seu lugar o jornalismo. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos.” (ANACLETO, 1994, apud MATOS, 2007, p. 22)

⁸ Em Paris, os gabinetes de leitura durante o século XIX conheceram a sua ascensão seguida de seu declínio. Isto se deu, coincidentemente, com o enfraquecimento da leitura dos romances. Essas agremiações tiveram seu auge entre 1819 e 1844 onde o número de salas saltaram de 23 para 215. Em seguida começou o seu enfraquecimento. Em 1882 as salas são reduzidas para 118. O tipo de leitura também se altera, os romances clássicos perdem espaço para o romance-folhetim, ou seja, a leitura dos livros começa, a partir daí, a ser substituída pela dos jornais (MATTOS, 2007).

No Brasil, contudo, será após metade dos oitocentos que são instalados os primeiros Gabinetes Portugueses de Leitura. No Rio de Janeiro e Recife (1850) e na Bahia (1863). Houve também gabinetes fundados no Brasil sob a influência estrangeira, já que, muitos dos mesmos residiram aqui. A província de Sergipe destacou-se mais uma vez. Aqui existiu o Gabinete Literário Sergipano (1871), o Gabinete Literário Laranjeirense (1887), o Gabinete de Leitura de Riachuelo e o Gabinete de Leitura de Tobias Barreto (1889).

Assim, a exemplo do que se passava na Europa, em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco, na capital do Império e em diversas localidades no Brasil, a cidade canavieira de Maruim em 1877 criou o seu Gabinete de Leitura. Originado por alemães e brasileiros, e influenciados pelos modelos já existentes, numa sociedade que ainda era marcada pela ordem escravocrata, pelo alto índice de analfabetos e com projetos prenunciadores do progresso. A “officina de luz” surge na “terra propagadora das letras”, parafraseando um dos seus oradores oficiais (AZEVEDO, 2009, p.7).

De forma geral, a expansão dos gabinetes referenciava a sociedade urbana, expressavam novos centros de convívio, leitura e lazer no espaço da cidade, além de difundir a cultura e fomentar estilos literários e publicações. Sobre os recursos bibliográficos, Silva (2006), afirma que tais publicações foram relevantes, independentemente de seu conteúdo ser liberal, religioso, popular, clássico e outros. No entanto, as bibliotecas ganharam espaço em fins do século XIX, movidas pelo ideal de estender os benefícios do saber ao povo em geral. Alguns interessados neste movimento destacam a potencialidades das bibliotecas como instrumentos de educação popular (AIYER apud RANGANATHAN, 2009).

Nesse contexto, é fundado o GLM em 19 de setembro de 1877. Inicialmente denominado Sala de Leitura, inseriu-se no contexto de uma biblioteca ao dispor de uma estrutura que visava, segundo seus objetivos, “disseminar o conhecimento na cidade de Maruim em fins do século XIX, a partir da leitura de seu acervo”⁹.

⁹ Constante da Ata de fundação lavrada em 1877.

Figura 3: Antiga fachada do Gabinete de Leitura de Maruim. Prédio adquirido em 1926 com o apoio do Governo de Sergipe, Maurício Graccho Cardoso



Fonte: Silva, (2006).

Pelo que foi determinado em sua ata de criação, percebe-se que o objetivo dos criadores do GLM era transformar este espaço em um foco de disseminação de informação em meio à sociedade escravista e aristocrática do Vale do Cotinguiba, em consonância com os moldes das sociedades letradas de outras regiões do país e do exterior. Contudo, diferindo de outras regiões, sobretudo, estrangeiras o saber e a informação adquirida via leitura, estavam restritos a poucos.

Segundo Azevedo (2007), outros motivos para além do fomento da cultura e da importância econômica da região podem ter contribuído para o aparecimento e desenvolvimento do GLM [...]: uma rivalidade política local, uma disputa de poder e a crise do açúcar que levou um grupo social específico a absorver o ideário liberal e republicano para através do discurso, atacar suas práticas.

Não obstante qualquer intenção, o GLM foi instituído e mantido pela “iniciativa privada” da cidade de Maruim formada à época, sobretudo, por comerciantes e aristocratas do açúcar. Aglutinava personalidades de outros estados, e estava identificado com o grupo político conservador em Sergipe, extrapolando sua função inicial de unidade de informação. Contudo, independente de tal fato, o GLM foi durante a segunda metade do século XIX, um dos centros de consultas bibliográficas mais importantes e duradouros da Província de Sergipe. A partir dele, uma série de revistas e periódicos foram publicados, destacaram-se

autores e intelectuais locais e volumes nacionais e internacionais foram adquiridos. Tais obras garantiram a difusão da leitura e ideias, mesmo levando-se em conta, que tal apropriação da informação estava restrita a um grupo específico da sociedade sergipana, a sua elite (SILVA, 2006).

3 OS GABINETES DE LEITURA ENQUANTO UNIDADES DE INFORMAÇÃO E A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

3.1 Os gabinetes de leitura enquanto unidades de informação

Figura 4: Ilustração da matéria “Pesquisa revela a história do livro e dos gabinetes de leitura em Belém”



Fonte: Pesquisa ..., (2010).

Como anteriormente citado, em meados do Segundo Império brasileiro os gabinetes de leitura surgiram como espaços pensados para divulgar a cultura, a leitura e disseminar o conhecimento. Contudo, esse processo só foi possível através da criação de uma infraestrutura física onde o conteúdo pôde ser devidamente abrigado, organizado e armazenado. Por tais características, os gabinetes de leitura podem ser entendidos como Unidades de Informação (UI) que contém um Sistema de Informação (SI), uma vez que se constituíam locais de guarda da informação, ao tempo em que, entre seus objetivos gerais, constava à prestação de serviços informacionais aos indivíduos e suas respectivas sociedades.

Definem-se Unidades de Informação como as bibliotecas, os centros e sistemas de informação e de documentação que foram e continuam sendo, tradicionalmente, organizações sociais sem fins lucrativos cuja característica é a prestação de serviços para os indivíduos e a sociedade tanto de forma tangível, como os produtos impressos, quanto intangível que é a prestação de serviços personalizados a pessoas (TARAPANOFF; ARAÚJO JÚNIOR; CORMIER, 2000). Desse modo, apreende-se que para a existência material de uma Unidade de informação, necessita-se em primeiro lugar, de um local ou prédio onde se possa armazenar e organizar o acervo. Logo, podemos atribuir aos gabinetes de leitura, a denominação de Unidades de Informação, uma vez que foram responsáveis, entre outros aspectos, pela difusão da leitura e consequentemente, de informação e cultura.

Na sociedade contemporânea, por alguns, denominada “sociedade da informação”, a biblioteca ainda exerce um papel fundamental na medida em que proporciona um espaço para disseminação do conhecimento por meio da leitura. A aproximação do usuário com os livros há muito vem sendo estimulada em vista da transformação da vida dos homens, buscando-se difundir através da leitura, o conhecimento, bem como contribuir para o aumento o raciocínio humano. Sobre a importância da leitura, Carolina ressalta:

A prática da leitura se faz presente em nossas vidas desde o momento em que começamos a "compreender" o mundo à nossa volta. No constante desejo de decifrar e interpretar o sentido das coisas que nos cercam, de perceber o mundo sob diversas perspectivas, de relacionar a realidade ficcional com a que vivemos, no contato com um livro, enfim, em todos estes casos estamos de certa forma, lendo - embora, muitas vezes, não nos demos conta (CAROLINA, 2006, Não paginado).

Outrossim, Gonçalves (2007) enfatiza também que a leitura (em contexto escolar, profissional ou de lazer) assume um papel fundamental no desenvolvimento cultural, científico, político e, consequentemente, econômico dos povos e dos indivíduos nas sociedades, sobretudo, contemporâneas. Portanto, a importância do livro e da leitura como fonte de saber e de cultura e como meio eficaz de aperfeiçoamento linguístico leva a refletir sobre a forma de incentivar e motivar as pessoas para a leitura.

Esse quadro não se apresentava tão diverso no século XIX, onde alavancados pelos ideais burgueses de instrução popular e difusão do conhecimento, alguns países da América buscaram criar bibliotecas e expandir a leitura. Inicialmente, na América, os GL adentraram os Estados Unidos sob a égide de instrução popular. Esse assunto foi enfatizado na obra **Instrução Popular** de D. Antônio Costa, editada em Lisboa, em 1870. Nela, Costa ressalta, além dos EUA, a importância da educação no século XIX, a presença da biblioteca popular em Lisboa, a importância da instalação de gabinetes de leitura em outros países, além da

discriminação das obras presentes nos acervos, em gerais e específicas (SILVA, 2006, grifo da autora).

No Brasil, contudo, historicamente, a educação estava restrita às classes abastadas. A falta de apoio público no acesso a educação fez com que a leitura continuasse um privilégio de poucos na sociedade brasileira, mesmo no século XIX. Esse saber tácito é evidenciado no argumento bastante plausível de que a maior parcela da população brasileira era constituída por analfabetos, causada pela existência de um sistema de instrução pública precário, além do restrito acesso aos centros de ensino superior. Portanto, muitos estavam excluídos de participar ativamente da experiência da leitura e do prazer do texto (SCHAPOCHNIK, *apud* DIÓGENES, 2010).

Entretanto, após a chegada da Corte portuguesa em 1808, mesmo lentamente, iniciaram-se ações para desenvolver uma educação mínima no país, sobretudo, voltada aos cidadãos urbanos, bem como a educação superior para os jovens abastados do Brasil. D. Pedro I implantou o ensino primário obrigatório no Brasil após 1824, o que foi alargado pelo seu sucessor, com as Aulas Régias. Entretanto, o alcance dessas iniciativas ainda eram insignificantes mesmo no eixo sudeste do país. Contudo, a partir da fundação de associações literárias denominadas “Gabinetes de Leitura”, inspirado no modelo do Real Gabinete Português de Leitura, começam a surgir, *grosso modo*, os traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora no século XIX, atestando a existência de uma rede de bibliotecas e gabinetes de leitura no território brasileiro (DIÓGENES, 2010).

Estas novas bases institucionais de leitura implantadas no império brasileiro tiveram uma existência irregular em vista dos sucessivos deslocamentos. A esse tempo, as bibliotecas provinciais e municipais, os gabinetes de leitura e as bibliotecas populares ocuparam as mais distintas instalações a saber: dependências dos hospitais, quartos de hotéis, residências particulares, quando não compartilharam seu edifício e seus funcionários com instituições as mais diversas (SCHAPOCHNIK, *apud* DIÓGENES, 2010).

Entretanto, independente onde foi instalado e esse aspecto varia de acordo com as especificidades de cada local, os gabinetes de leitura iniciaram seu “Serviço de Informação”, aqui entendido como o conjunto de serviços oferecidos pela Unidade de Informação, tais como empréstimo entre bibliotecas, pesquisa retrospectiva, pesquisa de levantamento bibliográfico, disseminação seletiva da informação, dentre outros. Contudo, é preciso ressaltar que as unidades de informação, a depender de suas características específicas, podem criar e

oferecer serviços, desenvolvidos de acordo com os objetivos específicos de sua área de atuação.

Tal aspecto pode ser observado nos gabinetes de leitura instalados no Brasil do século XIX. Funcionavam como bibliotecas, emprestavam livros aos seus membros, ou seja, desempenhavam serviços fins de informação, mas atuavam também em outras instâncias. Dentre elas, assumiram muitas vezes, o papel de escolas de primeiras letras, na maioria dos casos, promovidas por intelectuais ou religiosos. Em virtude das deficiências do Estado em relação ao ensino público, surgem nas dependências dos Gabinetes espaços reservados para a instrução popular.

Assim, na literatura corrente, os Gabinetes de Leitura, inicialmente denominados Sala de Leitura (SL), inseriram-se no contexto de Instrução Popular, instigados por alguns intelectuais que via na leitura a possibilidade de mudança da mentalidade do homem em seu meio. DIÓGENES (2010) salienta que alguns intelectuais tinham o interesse de formar um cidadão “letrado, trabalhado, higiênico e regrado moralmente” seguindo um ideário europeu. Paulilo (2004) ao referir-se sobre a situação da sistematização do ensino público no Brasil no século XIX cita a presença de escolas e instituições como uma primeira forma de consolidação de forma administrativa para o ensino:

A organização do sistema de ensino e o *take-off* para a escolarização transcorreram no Brasil sem consubstanciar uma política pública de instrução capaz de liberalizar alguns dos elementos funcionais do aparelho de ensino oficial. Na realidade, de 1869 a 1889, foram divulgados compêndios pedagógicos e escritos estudos legislativos que reivindicavam a estruturação da educação popular, ao mesmo tempo em que foram instaladas escolas e instituições diversas, consolidando uma primeira forma administrativa para ela (PAULILO, 2004, p. 491).

No Nordeste brasileiro se destacaram os gabinetes de Alagoas e Ceará, vinculados a instituição de ensino. Desenvolverem em suas respectivas províncias, projetos educativos que garantissem um dado perfil de civilidade ao povo desprovido da cultura das letras. Atendendo ao propósito pedagógico, em geral, os homens cultos do Império brasileiro se colocavam nessas agremiações como “missionários das letras”, (MADEIRA, 2005).

Silva (2006) enfatiza que na maioria dos gabinetes de leitura no Brasil previam uma escola de primeiras letras além da prática de sociabilidade. A sua criação visava suprir as deficiências quanto ao acesso ao livro e à escola. Sergipe também fez-se presente nesse contexto da Instrução Popular. Por exemplo, a associação Cultural de Laranjeiras fundada em 1887 por missionários presbiterianos teve o intuito de complementar o projeto educacional:

Em 1887, o missionário americano Kolb e um grupo de protestantes tiveram a iniciativa de Fundar o Gabinete de Leitura de Laranjeiras [...]. Ainda naquele ano, o

citado missionário e outros intelectuais laranjeirenses emprestaram dinheiro para compor os livros de Antônio Nogueira Brandão e organizar o Gabinete de Leitura de Laranjeiras (SILVA, 2006, p. 40).

Todavia, aos gabinetes de leitura ainda poderiam ser associadas outras características. Foram fundamentais para a divulgação do gênero literário romântico, bem como para o desenvolvimento do mercado livreiro. No Brasil não foi diferente. Mattos (2007) aponta que nos gabinetes de leitura do século XIX predominavam as coleções de gênero romântico que encontraram nesta instituição um meio para a sua propagação, se justificando assim, a predominância de obras romântica nos acervo desses espaços.

De origem europeia, o gênero romântico surgiu no século XVIII como um estilo bastardo, sem tradição nem contornos bem definidos. A estética neoclássica predominava nessa época em que a preceptiva estabelecida pelos mestres de retórica orientava a escrita e os juízos críticos. A falta de estirpe ao recém-chegado à cena literária, sobretudo em relação aos romancistas, lhes rendia preconceitos, demandando um grande esforço para justificar e conferir respeitabilidade ao romance (ABREL, 2008).

A ascensão e o processo de formação dos romances foram marcados por uma intensa discussão. Sua natureza, conteúdo e finalidade foram travados em prefácios, cartas, resenhas e artigos. Contudo, independente dos embates e opiniões as mais diversas, o romance ganhou impressionante popularidade, visto que a sua leitura não exigia conhecimento especializado dos leitores, e por “debruçarem-se” sobre a vida cotidiana dos homens comuns, além de tratar dos problemas que lhes eram próximos e caros, assim, de gênero menor, alcançou o *status* de porta-voz da nova sociedade que se formava sobre as ruínas do mundo feudal. A Inglaterra e França constituíram o *locus* privilegiado, onde o novo gênero veio a florescer e a se desenvolver, em virtude de surgir no centro das mudanças socioeconômicas e políticas que deram origem ao mundo burguês, e de onde se disseminaram ideias para outras sociedades (ABREL, 2008).

Por sua vez, os gabinetes de leitura surgiram durante o florescimento do gênero romance no mercado livreiro europeu. Segundo Mattos, M. (2007) o gosto da população ao gênero romântico possuía suas motivações:

Num universo mais amplo, era um público fascinado pela origem da humanidade, tanto quanto pelo seu próprio passado, ávido por consumir as formas de difusão dessas idéias, como os romances de tempos heróicos. Além disso, interessavam-se pelas obras de arte renascentistas, as pirâmides do Egito ou as ruínas greco-romanas, perfeitamente justificadas no gosto romântico pelo passado e expressas na literatura, do romance à moda das biografias [...] (MATTOS, 2007, não paginado).

No Brasil, a chegada dos romances europeus nos mais diversos suportes – livros, jornais, revistas - foi facilitada após a presença da Família Real e a abertura dos portos em 1808 que facilitaram integração, embora lentamente, do país ao circuito livreiro (ABREL, 2008). Embora no país existissem obstáculos estruturais que dificultavam à circulação dos livros, como notadamente a inexistência da imprensa, uma única tipografia pertencente ao Governo, a censura prévia e o pequeno número de livrarias mesmo antes de 1822, estes não foram suficientes para impedir que os romances fossem encontrados na América Portuguesa. Pelo menos desde a segunda metade do século XVIII, eles atravessaram o Atlântico e eram usados na “instrução” e o “deleite” de seus apreciadores (ABREL, 2008).

O fato do Rio de Janeiro ser, na maioria das vezes, um ponto de chegada e um importante centro irradiador não impediu que os romances igualmente aportassem, por diversos meios, em diferentes estados e cidades do país ao longo do século XIX. Em virtude das evidências da difusão do romance para diversos cantos, o Brasil revela uma imagem de nação sem livros e sem leitores além dos momentos iniciais da formação de nosso sistema literário, antes mesmo do surgimento do romance brasileiro, bem como seus desdobramentos posteriores (ABREL, 2008).

De acordo com Silva (2006), as bibliotecas dos gabinetes a leitura possuíam um significativo acervo do estilo romance e, principalmente, dos romances-folhetins, tidos como preferência daqueles que se apropriaram desse *corpus bibliográfico*. Sobre o papel dos Gabinetes na divulgação do gênero a autora afirma

“[...] os romances encontraram nas bibliotecas circulantes um excelente meio de difusão e circulação, o que fez esse tipo de produção literária proliferar nos gabinetes de leitura da Europa e mais tarde no Brasil.” (SILVA, 2006, p. 33).

De forma simbiótica, além de contribuírem para a divulgação das obras românticas, os gabinetes de leitura também contribuíram para a expansão do mercado livreiro. As obras passaram a ser vistas na Europa burguesa, como “produtoras de mentalidade”, ou seja, associadas à divulgação de ideais, além de entendidas como uma forma de entretenimento burguês, grupo social que tinha um ritmo de vida baseada no trabalho, e que em seu período de descanso encontrou na leitura um prazer e mesmo um entretenimento (MATTOS, 2007).

Portanto, Silva, M. (2006) ressalta a importância dos GL tanto como espaço cultural para instrução de leitores quanto para o mercado livreiro, uma vez que propagou a prática da leitura para aqueles que dispuseram desse ambiente. Todavia, enfatiza Silva, M. (2006) que mesmo a leitura oral era usada como uma estratégia para facilitar o mercado livreiro,

despertando o interesse dos analfabetos para a leitura, cuja prática foi difundida a partir das bibliotecas circulantes o que viriam a serem mais tarde os gabinetes.

No tocante ao papel do mercado livreiro na divulgação de conhecimento, Izenete Nobre autora do estudo, *Leituras a Vapor: a cultura letrada na Belém oitocentista*, aponta que as folhas periódicas constituíram durante toda a segunda metade do século XIX um veículo difusor de cultura e de leitura. Pois nas suas páginas eram noticiadas as modificações sociais e a fundação de espaços democratizadores da leitura, a exemplo das livrarias e dos gabinetes de leitura. Pelo o exposto, prova que houve uma relação mútua de benefício entre o Gabinete e o mercado livreiro, uma vez que os Gabinetes ao dispor de um espaço para a disseminação do conhecimento pôde contar também com sua própria divulgação em algumas leituras. Sobre o papel da leitura a autora salienta:

Sabe-se que a leitura possui uma história e essa História é definida por maneiras de apropriação que definiam uma identidade cultural. Segundo Robert Darnton, o ato de ler constitui ‘um fenômeno social’, no qual as diferentes maneiras de ler e se expressar estão presentes. Nesse sentido, o crescimento do mercado livreiro e o surgimento de espaços voltados para leitura funcionaram como vulgarizadores de uma cultura letrada, cujo representante estaria em uma Europa dita civilizada (PESQUISA..., 2010. Não paginado.).

Vê-se então que os gabinetes de leitura se constituíram Unidades de Informação (UI) extremamente importantes no século XIX, sob diversos aspectos. Congregaram homens das letras, políticos de destaque, estrangeiros residentes no país, grandes proprietários, disseminaram a cultura livresca, incentivaram a prática da leitura, aturam como órgãos de instrução pública, além de contribuírem para a expansão do mercado livreiro. Segundo Izenete (PESQUISA.... 2010, Não paginado) “os gabinetes de leitura foram um meio onde o livro pôde circular como produto de civilidade e cultura, embora ainda restritos a uma camada específica da sociedade em geral, as elites letradas.”

3.2 O Desenvolvimento de Coleções e sua contribuição para formação de leitores

A Formação e o Desenvolvimento de Coleções (FDC) é uma política, desenvolvida pelas Unidades de Informação, que objetiva a formação do acervo em uma ou mais áreas do conhecimento, e se materializa enquanto procedimento de gestão das UI's em relação à formação de um determinado acervo. Esse processo se constitui uma das funções dos profissionais da Biblioteconomia, e objetiva à utilização do acervo pelos usuários (MACIEL; MENDONÇA, 2006). É um processo racional, equilibrado e ininterrupto, estabelecendo as prioridades para aquisição de material que se adéquem às características individuais de cada

biblioteca, pois este processo está condicionado às características dos usuários, ao mesmo tempo em que afeta e é também afetado por fatores externos (VERGUEIRO, 1989 apud MACIEL; MENDONÇA, 2006).

Contudo, para um maior entendimento, faz-se necessário um breve esboço histórico em torno do processo de Desenvolvimento de Coleções (DC). Segundo Vergueiro (1993) a preocupação com o Desenvolvimento de Coleções não é recente. De forma geral, os responsáveis pelas Unidades de Informação possuíam essa preocupação. Contudo, esta se refletia apenas na aglomeração de materiais bibliográficos, ou seja, formação de grandes acervos, com grande quantidade de volumes, que significavam garantia de status e poder. Portanto, o foco estava centrado na oferta de documentos e não na qualidade destes (MIRANDA, 2007). No que tange ao poder representado pelas coleções do século XIX, o livro era sinônimo de erudição e não haveria então instrumento melhor para consolidar a “glória da pátria - um projeto político e literário”. Dessa forma, o objetivo das UI nesse período, foi o de formar o maior acervo possível, sem uma preocupação em elaborar um índice lógico de atendimento aos usuários (MATTOS, M., 2007).

No século XX, torna-se essencial a realização de um planejamento eficiente no tocante ao crescimento dos acervos, em virtude da “explosão da informação” e da evolução das tecnologias da informação que resultaram no aumento vertiginoso da produção e circulação do conhecimento e dos recursos bibliográficos. Tal explosão bibliográfica, conseqüentemente, trouxe elementos complicadores, pois o grande volume informacional, na maioria dos casos, era constituído de material de pouca importância, repetindo apenas o que outros haviam dito ou discutido, sem nada acrescentar de novo. Isto veio a aumentar sobremaneira a necessidade de uma seleção de acervo cada vez mais criteriosa e o controle do crescimento das coleções, evitando que as UI ficassem abarrotadas de materiais com informações redundantes (MIRANDA, 2007).

Entre 1950 e 1965, a produção mundial de livros produzidos no mundo inteiro, considerando-se o número de títulos, chegou a duplicar, deu-se o aumento da produção de outros formatos e veículos de comunicação, como é o caso dos periódicos tanto gerais como especializados, dos discos, filmes, diapositivos etc. Assim, após a década de 1960, os administradores e bibliotecários atentaram para a dificuldade de acompanhar “o ritmo alucinante dos materiais informacionais¹⁰”, tanto em relação ao espaço físico, quanto em

¹⁰ Este crescimento da literatura, principal- mente especializada, foi ocorrência imediata daquilo que Solla Price, já durante a década de 50, chamou de lei do crescimento exponencial da ciência, querendo significar que o crescimento de áreas gerais ocorre exponencialmente, enquanto o de subáreas, após uma fase inicialmente linear,

relação à acomodação de novos itens do acervo e o tratamento adequado do material adquirido (VERGUEIRO, 1993, Não paginado).

Dessa forma, com o passar do tempo e com as pesquisas desenvolvidas por Sola Price e Bradford sobre a “emergência do caos documentário”, houve uma mudança de atitude significativa por parte dos profissionais da biblioteconomia. Dessa maneira, a FDC passou a ser pensada e composta por diversas atividades integrantes e ininterruptas a fim de que todo processo tenha uma ação eficiente. Para tal o autor destaca as seguintes atividades: “estudo da comunidade, políticas de seleção, aquisição, desbastamento e descarte e avaliação” (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 17).

Para Borba (2011), contudo, o estudo da comunidade¹¹ deve se constituir como a primeira atividade em uma Unidade de informação, pois é ela que oferece um diagnóstico dos futuros leitores e das suas necessidades informacionais, possibilitando assim, conhecer as características dos usuários além de oferecer um serviço de qualidade aos leitores:

Conhecer quem são os usuários, quais são suas necessidades, são ações que agregam valor a qualidade dos serviços. Portanto, o estudo da comunidade deve ser uma atividade contínua e permanente que deve ser realizada não somente quando a biblioteca estiver em formação, mas, principalmente quando já estiver constituída, visto que uma análise de futuros usuários servirá de orientação para a escolha de novas aquisições (BORBA, 2011, p.3).

Já Maciel e Mendonça (2006) afirmam que o estudo da comunidade, ao fazer o levantamento das características culturais e informacionais do grupo a ser servido, tem como meta oferecer a base necessária e coerente para o estabelecimento de política de seleção, para as decisões relativas ao processamento técnico dos documentos e ao seu adequado armazenamento.

Em relação à política de seleção, Borba (2011) alerta que se constitui uma etapa importante, já que reflete sobre a qualidade dos serviços oferecidos, diretamente relacionado ao atendimento das necessidades informacionais de seus usuários. O produto final desta

transforma-se, ele também, em exponencial. Desta forma, a literatura científica tende a aumentar a rapidez com que dobra de volume (o primeiro estudo de Solla Price, realizado nas áreas de física e teoria de determinantes e matrizes, apontava um índice situado ente 10 e 15 anos como o necessário para que a literatura nessas áreas tivesse seu volume duplicado), sendo esse apenas um dos fatores daquilo que ele, posteriormente, denominou de "revolução científica"¹. Esses estudos, segundo Braga, comentando a obra do estudioso norte-americano, deveriam funcionar como um "sinal de alerta para enfrentarmos o problema antes que seja tarde demais" (VERGUEIRO, 1989 apud MACIEL; MENDONÇA, 2006, p.2-3).

¹¹ Comunidade, conforme o tipo de estudo, são os usuários da coleção distribuída, os participantes em atividades desenvolvidas, a população de universidades (estudantes e professores), a população de bairros (habitantes) etc. SILVA, op. cit., p. 152.

função será concretizado em um documento administrativo, oficializado junto à cúpula da instituição, denominado “Política para formação e desenvolvimento do acervo da biblioteca X” onde estará norteado todo processo de FDC (MACIEL; MENDONÇA, 2006).

Consequentemente, na seleção são adotados critérios que devem estar condizentes com a política da instituição mantenedora e com as características da comunidade da qual a UI estar inserida. Nesse processo são estabelecidas as ações, as estratégias e a definição dos critérios que irão nortear a tomada de decisão no desenvolvimento das coleções. A literatura ainda demonstra a importância do julgamento do conteúdo bibliográfico de cada material por um profissional responsável e competente a fim de evitar gastos financeiros desnecessários para a instituição (BORBA, 2011). Maciel e Mendonça (2006) ressalta a seleção como uma dos aspectos fundamentais para a formação e desenvolvimento de coleções que irão compor o acervo da UI tanto em sua forma de apresentação – ex.: periódicos, livros, audiovisuais, etc. – quanto no conteúdo dos itens – ex.: assuntos de interesse.

Já à aquisição é considerado um método que põe em prática as decisões tomadas no processo de seleção (BORBA, 2011). Esse processo implementa as decisões da seleção na qual estão incluídas as atividades de compra, doação e permuta de documentos além do controle patrimonial do acervo que consiste no registro das coleções. Tais atividades são inerentes ao processo de aquisição, pois constitui em uma das etapas da FDC nas Unidades de Informação (MACIEL; MENDONÇA, 2006). O mesmo ainda acrescenta:

O nível de complexidade das atividades de aquisição naturalmente varia conforme as características das instituições onde ocorrem. Diferentes estruturas administrativas, e diferentes objetos, exigirão procedimentos também diferenciados... Em qualquer dos casos, no entanto, o importante é a preocupação com a eficiente organização do processo de aquisição, de modo a garantir que o item selecionado ingresse no acervo no menor tempo e ao menor custo (MACIEL; MENDONÇA, 2006, p. 21).

Ainda sobre a aquisição, Borba (2011) indica, ainda, alguns critérios considerados relevantes que vão permitir verificar a eficiência ou não da política de seleção nas Unidades de Informação. Os critérios consistem em: “custo investido no sistema; efetividade em atingir um objetivo; custo efetivo em atingir um objetivo a um preço mais baixo e, benefícios: valor que o serviço vai sair ao usuário” (BORBA, 2011, p. 2). Segundo a autora, faz-se necessário verificar o nível de abrangência da aquisição, ao tempo em que discrimina os cinco níveis dessa abrangência, a saber: a) nível de completeza- coleção profunda/ completa (todos os documentos, em todos os formatos, em todas as línguas de uma determinada área do conhecimento); b) nível de pesquisa-material especializado, corrente e retrospectivo (melhores fontes para pesquisa em áreas específicas, monografias e periódicos básicos da área); c) nível de estudo-material básico corrente e retrospectivo (material de apoio ao ensino, material didático, monografias e periódicos

básicos de assuntos específicos); d) nível básico- coleção introdutória de assuntos e obras de referências gerais; e) nível mínimo- áreas que não são primordiais para os usuários, e têm uso mínimo (DIAS; PIRES, *apud* BORBA, 2011).

Segue-se à avaliação constitui em uma etapa no processo de FDC que permite a correção ou não de estratégias, visando atingir algum objetivo determinado na UI. Segundo Maciel (2006) a avaliação é indispensável para a tomada de decisões na administração, pois indica a decisão e a atitude mais apropriada ao gerente de coleções. Borba (2006) argumenta sobre a necessidade da avaliação da coleção ser um processo sistêmico e metodológico permitindo delinear diretrizes quanto à aquisição, à acessibilidade e ao descarte das coleções com vista adequar o acervo aos objetivos da Unidade de Informação.

Quanto ao descarte e o desbastamento são processos que seguem à avaliação das coleções, Maciel e Mendonça (2006) enfatiza que são atividades importantes que devem ser realizadas periodicamente pelas UI. Borba (2006) ressalta como uma forma da instituição manter sempre o acervo atualizado à medida que se renovam os espaços para armazenamentos de novos itens. No descarte verifica-se a retirada definitiva de obras dos acervos e dos arquivos da UI (BORBA, 2011). Segundo Maciel e Mendonça (2006, p. 25) “descartar materiais em uma coleção consiste em selecionar aqueles documentos que, através da função de avaliação, foram considerados desnecessários ou defasados em relação às expectativas dos usuários”. Com essa afirmativa pode-se inferir que o atendimento da coleção às expectativas dos usuários pode determinar se o recurso informacional será descartado ou não. Já o desbastamento consiste na retirada de documentos, poucos utilizados, de um lugar de uso frequente para depósitos especialmente criados para abrigar estes materiais de consultas eventuais (MACIEL; MENDONÇA, 2006). Borba (2006, p. 5) argumenta que:

[...] quando são retirados livros sem uso ou danificados, as estantes ficam mais organizadas e os usuários têm mais facilidade para encontrar a coleção [...] o que é de suma importância tanto para manter e fomentar o interesse do leitor, quanto para o desenvolvimento do acervo [...] (BORBA, 2006, p. 5).

Ao observarmos as diferentes etapas que compõe a formação de um acervo, entende-se que longe de ser aleatória, existe uma racionalidade e uma lógica na formação e desenvolvimento de coleções, pois, a formação e o aprimoramento do leitor passa inevitavelmente pelas operações nas quais esse processo se decompõe. Dessa forma, as Unidades de Informação que se especializam em determinados “nichos” de informação, precisam estar atentas para os procedimentos técnicos e gestacionais do desenvolvimento de um acervo robusto e condizente com os interesses ou expectativas de seu público.

4 O ACERVO DO GLM E SUA POLITICA DE FORMAÇÃO (1877-1900)

4.1 A lógica da formação do acervo do Gabinete de Leitura de Maruim (1877-1900)

Inserido no contexto socioeconômico da época – momento que Maruim desfruta de um vasto prestígio econômico - o GLM, fundado em 1877, surge com o objetivo de instrução e recreio dos seus sócios, uma vez que somente eles, poderiam fazer empréstimos de livros para leitura domiciliar¹². O surgimento dessa agremiação era inevitável aos olhos dos empreendedores que reconheciam o valor das letras. Dentre os homens de posse que participaram diretamente da fundação vale apenas ressaltar os nomes dos irmãos João Rodrigues da Cruz, Thomaz Rodrigues da Cruz (SILVA, M., 2006). E a presença de F. Otto Schramm (AGUIAR, 2004; SILVA, M., 2006; AZEVEDO, 2011).

Ao se observar o regimento interno do GLM observa-se que essa Unidade de Informação, inicialmente uma SL, nasceu com a finalidade de criar uma biblioteca para instrução e recreio dos seus sócios. Em consonância com Romani e Borszcz (2006, p. 14) entendemos este espaço como “mini bibliotecas constituídas com o objetivo de servir de apoio a uma pequena comunidade de usuários disponibilizando a eles acesso a publicações e espaço para pesquisa e leitura”. Dessa maneira, observa-se que a SL do GLM atendia a perspectiva de uma UI à medida que visava disseminar o conhecimento ou informação dentro comunidade letrada da Cotinguiba.

A respeito do acervo do GLM, com apenas dois anos de fundação o Gabinete comportava cerca de seiscentas e setenta e sete obras em mil e setenta e seis volumes. Observa-se também a predominância da língua francesa nos títulos dos acervos dos Gabinetes tanto da Europa quanto do Brasil, a exemplo dos autores considerados “revolucionários” como Rousseau, Mostequieu e Voltaire (AGUIAR, 2004; SILVA, M., 2006)

Ao final do século XIX o acervo do GLM contava com diversas obras que normalmente eram editadas em Paris, Bruxelas e Lisboa, a exemplo de Voltaire de 1860, Rousseau de 1857, Júlio Verne de 1878, Michelet de 1863, Balzac de 1863, M. A. Thiers de 1862 (História da Revolução Francesa), Antônio Feliciano de Castilho de 1863 (Camões: estudo histórico e poético), Frédéric Soulie de 1852 (*Le Veau d'or*) I. F. da Silva e L. A. Rebello da Silva de 1853 (Poesias de Manuel Maria de Barbosa du Bocage), Sebastião da

¹² Regimento Interno do Gabinete de Leitura de Maruim, aprovado em 1877.

Rocha Pitta de 1880 (História da América Portuguesa), Visconde de Taunay de 1896 (Innocencia) (AZEVEDO, 2009).

Ao se pesquisar a lógica da Formação e Desenvolvimento de Coleções ocorrida no Gabinete de Leitura de Maruim entre 1877 a 1890, embora pouco material documental a esse respeito possa ser encontrado (catálogo, fichas catalográficas, termos de doação, etc.), percebe-se que nesse intervalo a Doação foi preponderante. Isto, pois, as coleções preservadas no referido gabinete, mantém as dedicatórias, nomes dos doadores e datas de doação.

Como anteriormente citado, a doação corresponde a uma das atividades de Aquisição e consiste em serviço administrativo da UI que visa implementar o processo de seleção e posterior formação do acervo (uma das etapas do FDC). De forma geral, a Aquisição por doação consiste em receber gratuitamente materiais selecionados para compor o acervo, sendo estes, solicitados, a empresas e entidades culturais e científicas. Contudo, há outra modalidade da doação é a “doação particular”, que deve passar por uma seleção anterior a sua inclusão no acervo da Unidade de Informação (ROMANI; BORSZCZ, 2006).

Então, subtede-se que doação de materiais consiste em um ato espontâneo do gestor da UI de receber ou solicitar um documento gratuitamente. Entretanto, embora seja ato voluntário tem que atende aos critérios de seleção:

A modalidade de doação se caracteriza em adquirir um determinado material informacional sem que a unidade de informação tenha algum tipo de custo. Ela é muito importante, principalmente para aquelas bibliotecas com carência de verbas para formação de acervo (MENEZES, 2007, p. 42).

Dada à importância da Doação na formação e desenvolvimento das coleções do GLM, o escopo desta pesquisa visa abordar essa modalidade, que se constituiu fundamental para a formação desse acervo em seus primeiros trinta anos de existência. Há autores que já citaram em seus trabalhos algumas dessas obras. Silva, M. (2006) faz menção a algumas dessas doações existentes no GLM ofertado por Joaquim Amorim empregado da *Casa Comercial de Rodrigues de Moraes e Co* e que foram consideradas as primeiras obras a formarem o acervo. Infelizmente, há algumas que já saíram de circulação e não podem mais ser acessadas livremente. São exemplos desse caso:

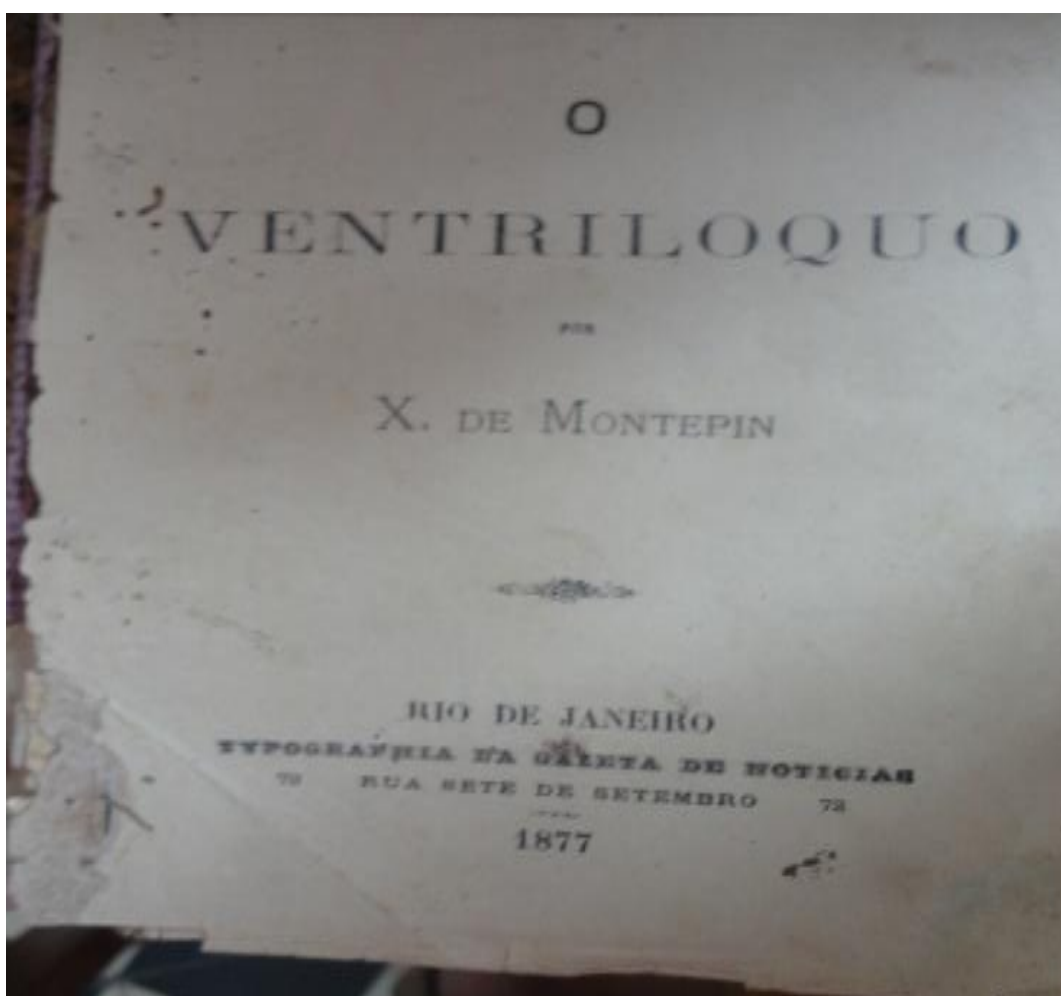
Galeria de Varões Illustres de Portugal, por J. M. Latino Coelho; **A Musa em Férias**, de Guerra Junqueiro; **Amor de Salvação**, por Camilo Castelo Branco; **O Carrasco de Victor Hugo**, de José de Alves; **Eusébio Macário**, romance do mesmo escritor português; **Lisboa na Rua**, produção de Júlio César Machado; **Discurso Parlamentares**, 1865 – 1866, por Vieira de Castro; **Sob os Ciprestes, Vida Íntima de Homens Illustres**, por Bulhão Pato; **Torrentes**, poesia, de Theophilo Braga; **O Avarento**, por Castilho, com erudito parecer de Mendes Leal (SILVA, M. 2006, p. 42).

Embora sem receber o tratamento devido, ainda hoje, muitas dessas obras, compõem o acervo do Gabinete de Maruim, embora o acesso a elas, como anteriormente dito, seja restrito a pesquisadores devidamente autorizados.

4.2 Os primeiros trinta anos do acervo do Gabinete de Leitura de Maruim

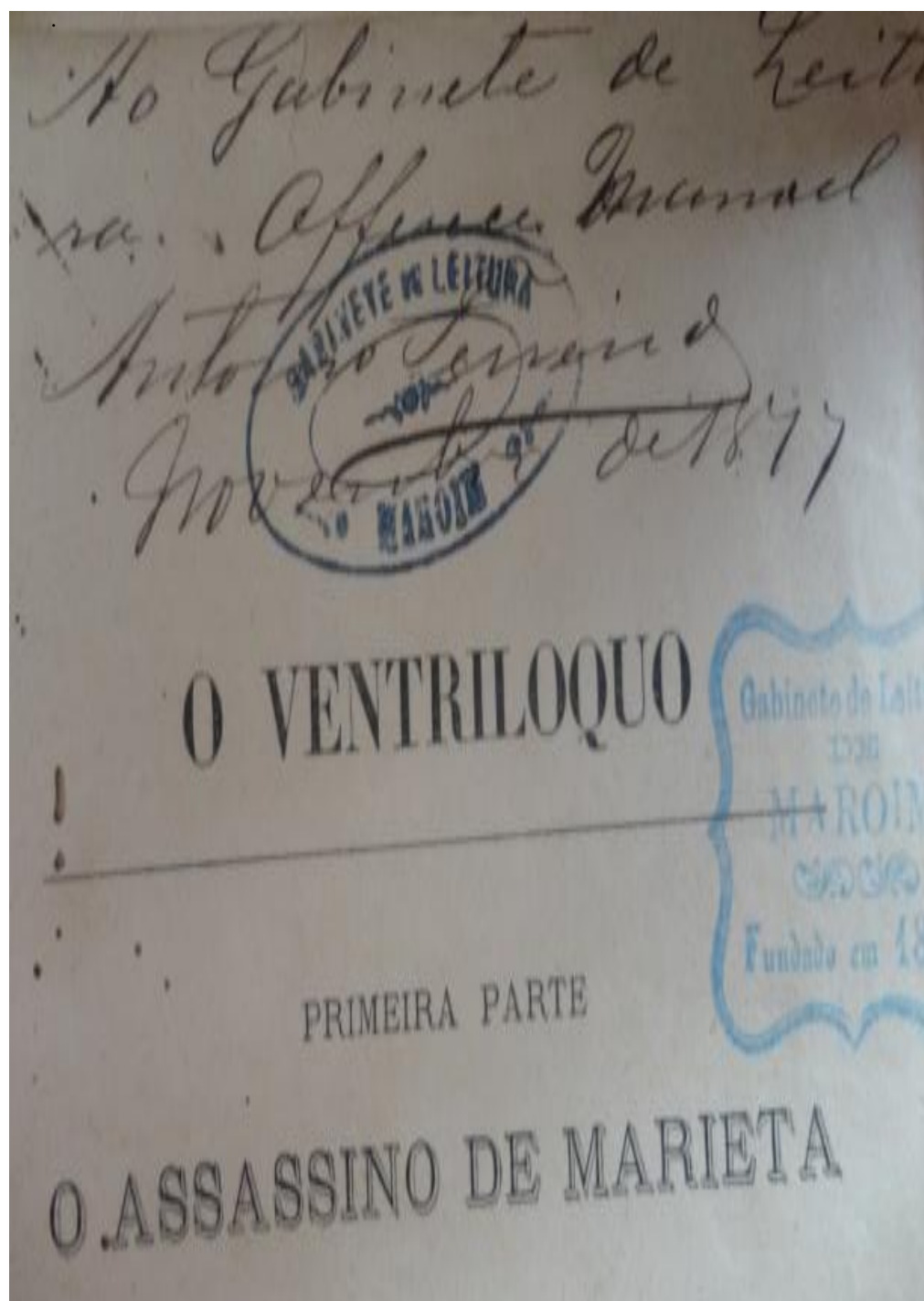
Basicamente, os primeiros livros que compuseram o acervo do GLM foram os romances que eram a esmagadora maioria das obras. Há romances de autores como Machado de Assis, José de Alencar, Coelho Neto, Guerra Junqueiro e Alexandre Herculano. Contudo, nos primeiros anos de sua fundação, prevaleceu um acervo de romances franceses e portugueses. Dentre esses, podemos encontrar *O VENTRILOQUO* do autor Xavier de Montépin doado por Antônio Ferreira de Mendonça em 1877.

Figura 5: Obra “O Ventriloquo”



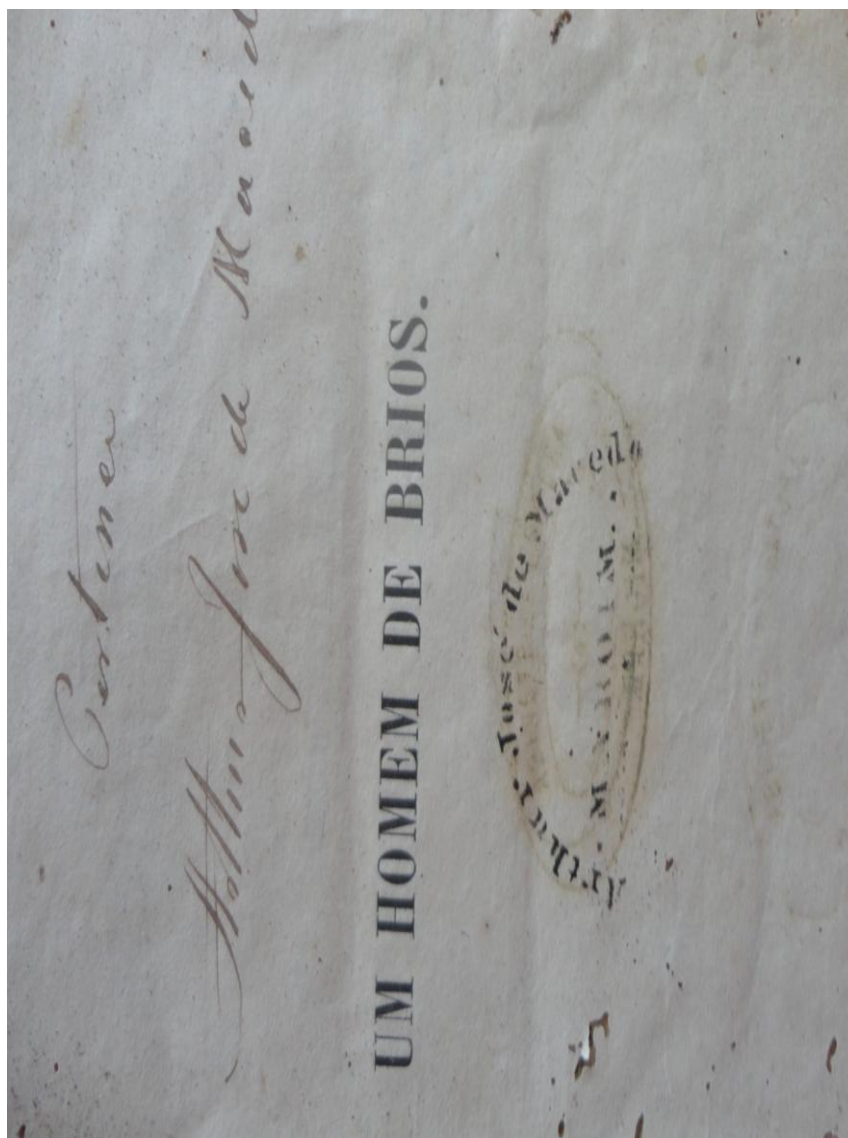
Fonte: Montépin, (1877).

Figura 6: Obra “O Ventriloquo”(Folha falsa)



Fonte: Montépin, (1877).

Figura 7: Obra “Um homem de Brios”

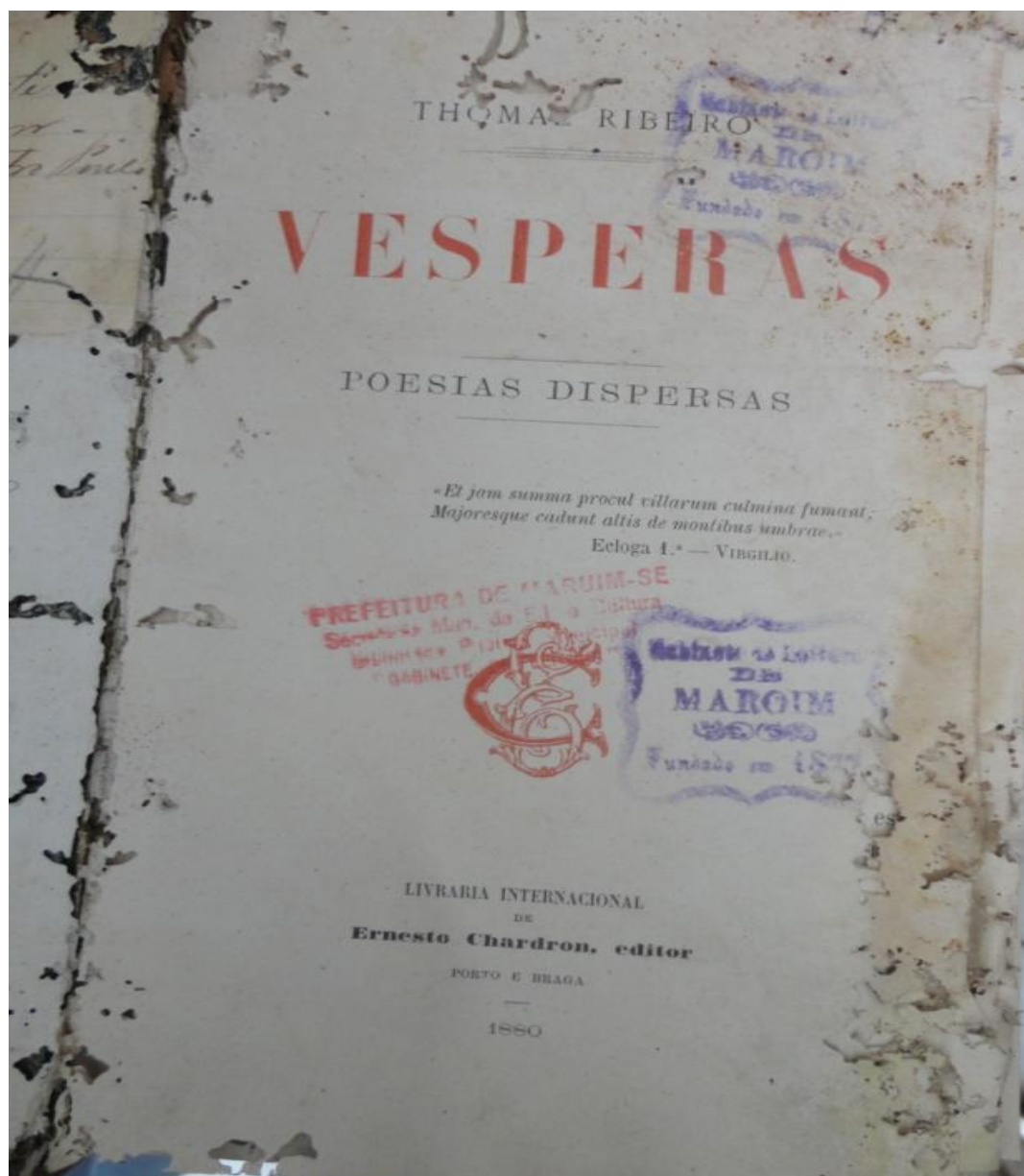


Fonte: Branco, (1862).

Arthur José de Macedo foi um dos maiores doadores de obras no período estudado. Entre suas principais doações estão vários romances como: *UM HOMEM DE BRIOS* de Camillo Castello Branco de 1862; *OLIMPIA DE CLENES* de Alexandre Dumas TOMO II de 1852, *LIBERTINOS E CONSPIRADORES* v. II (Distracção Litteraria – Bibliotheca para todos) de 1869; *DOZE CASAMENTO FELIZES* de autoria de Camillo Castello Branco 2. ed. 1863; *OS COMPANHEIROS DAS TUBERAS* (Biblioteca Popular) de Paulo de Rock de 1870; *ONDE ESTÁ A FELICIDADE* 3 ed. de Camillo Castello Branco de 1864; *O TAMBOR DA 52ª MEIA BRIGADA* de E. Capendu; *OLYMPIA DE CLEVES* v. IV do autor Alexandre Dumas do

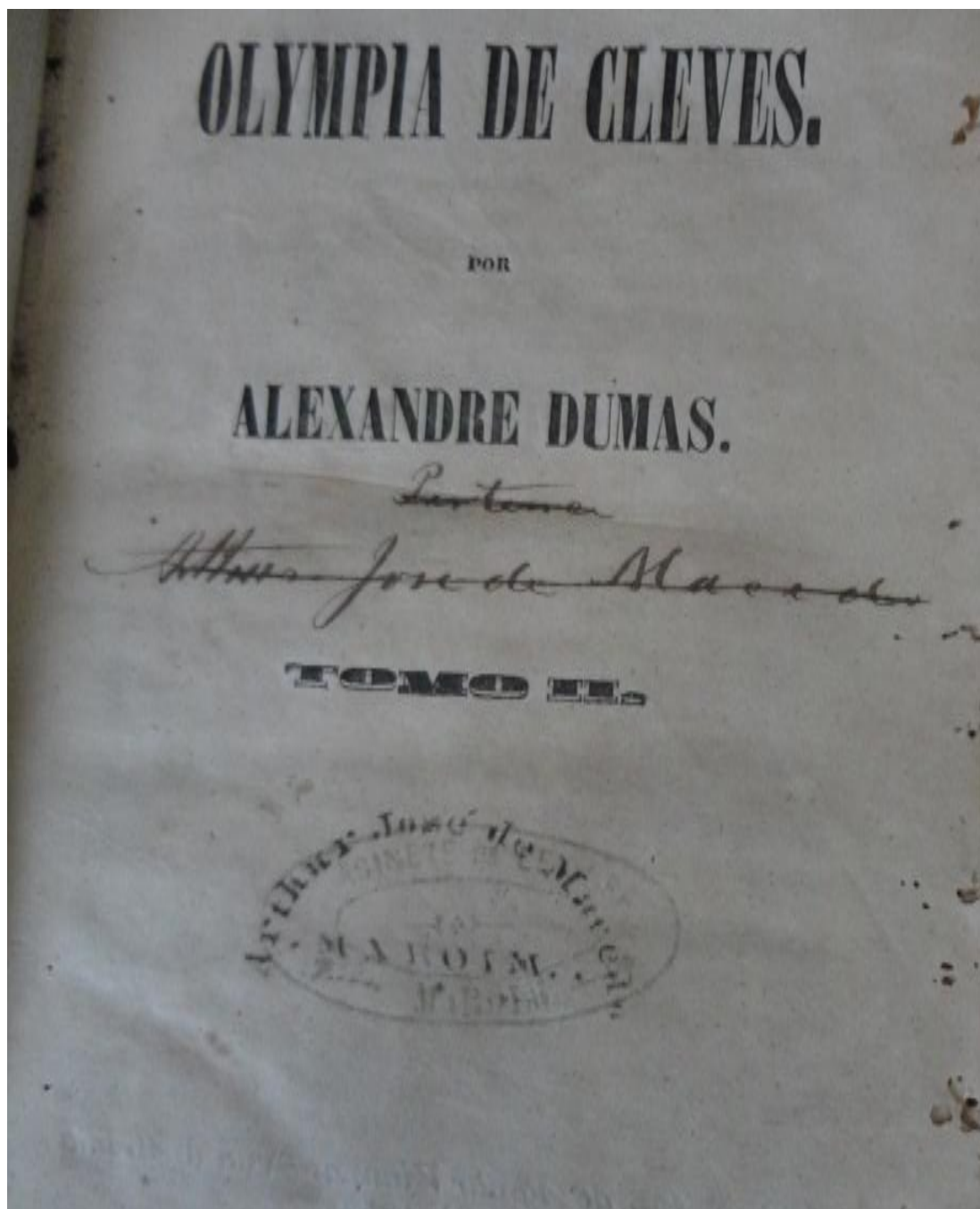
ano de 1858; obra portuguesa *SCENAS DA FOZ* de autor CAMILLO BRANCO de 1860; obra portuguesa de 1872 *À LAREIRA* de *JULIO CESAR MACHADO*.

Figura 8: Vesperas



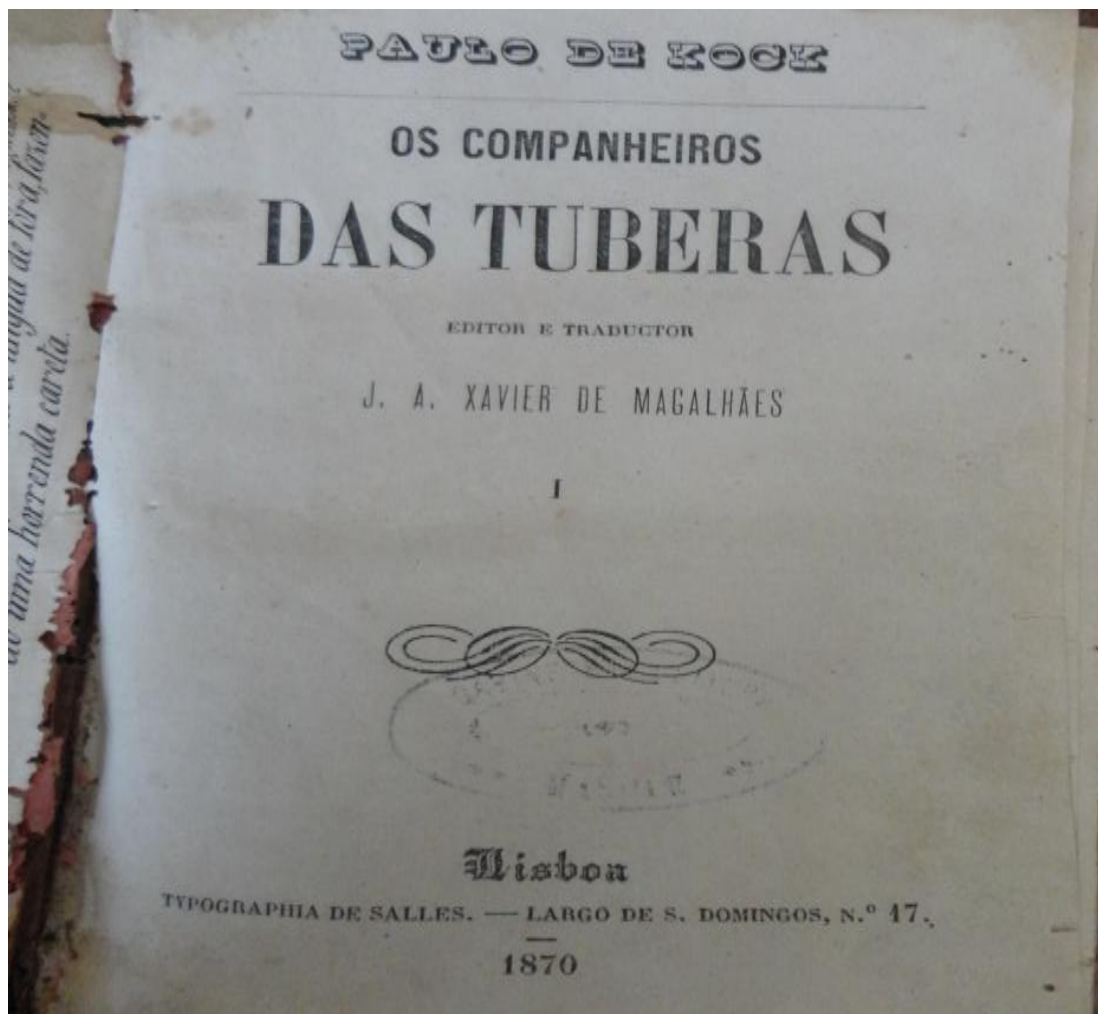
Fonte: Riberiro, (1880).

Figura 9: Olympia de Clementes



Fonte: Dumas, (1852).

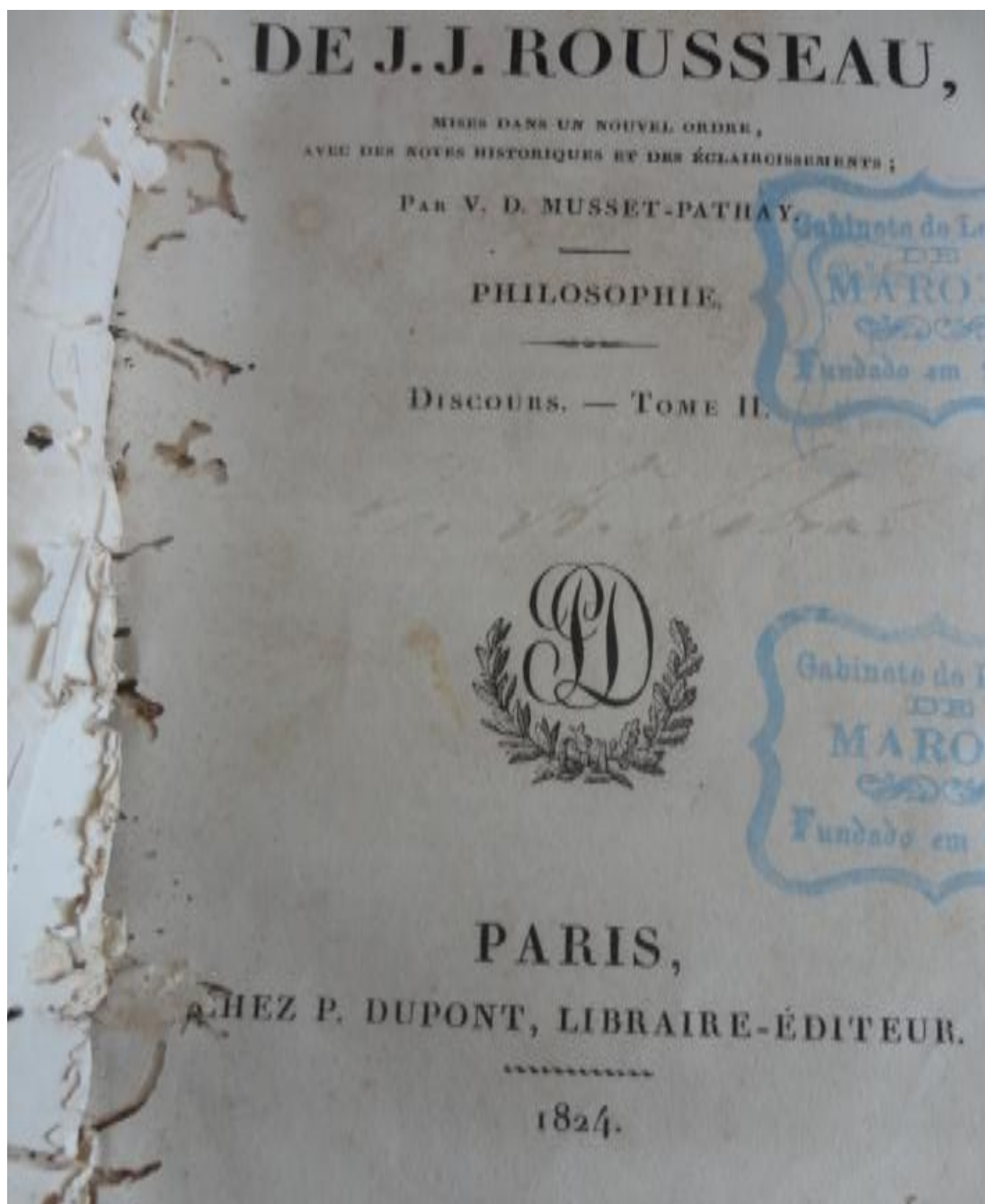
Figura 10: Obra “Os companheiros das Tuberas”



Fonte : Kock, (1870).

C. A. Abraão doador da coleção francesa “*OEUVRES*” do século XIX, de autoria “J. J. ROUSSEAU” encontra-se incompleta com vinte três exemplares ao invés de vinte quatro. Dentre os títulos correspondentes estão: *MEMOIRES ET CORRESPONDANCE* (1824), *BAUX-ARTS* (1824), *TABLE GENERALE* (1826), *MUSSET-PATHAY* (1825), *PHILOSOPHIE* (1824), *LITERATURE* (1824), *MELANGES OU LITTERATURE VARIEE* (1824).

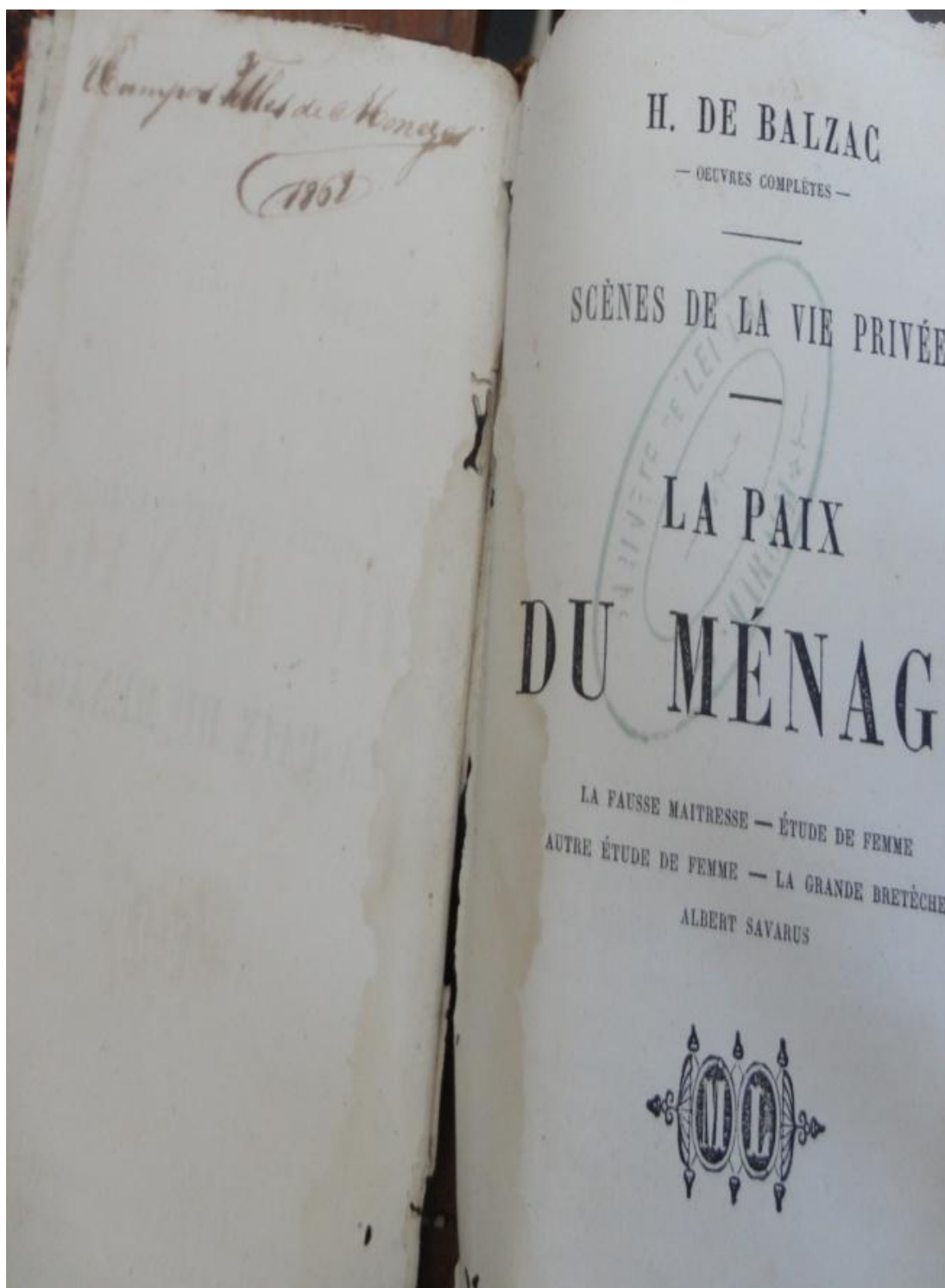
Figura 11: Obra “Philosophie”



Fonte: Rousseau, (1824).

Campos Telles de Menezes doador da obra francesa LA PAIX DU MÉNAGE de H. DE BALZAC do ano 1863.

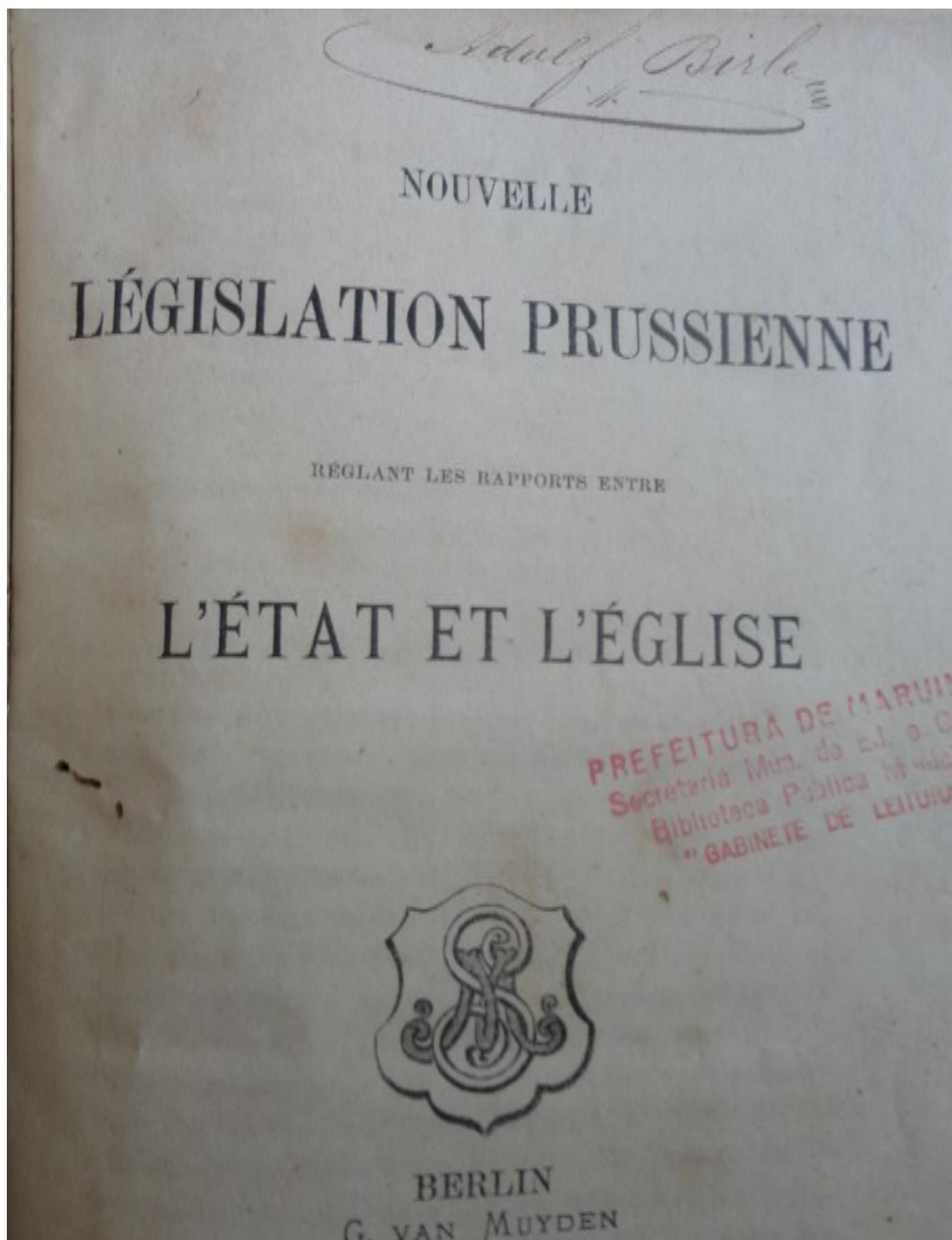
Figura12: Obra “La Paix Du Ménage”



Fonte: Balzac, (1863).

Adulf Birle autor da obra alemã (Berlin) NOUVELLE LEGISLATION PRUSSIENNE do ano de 1874.

Figura 13: Obra “Nouvelle legislation prussienne”

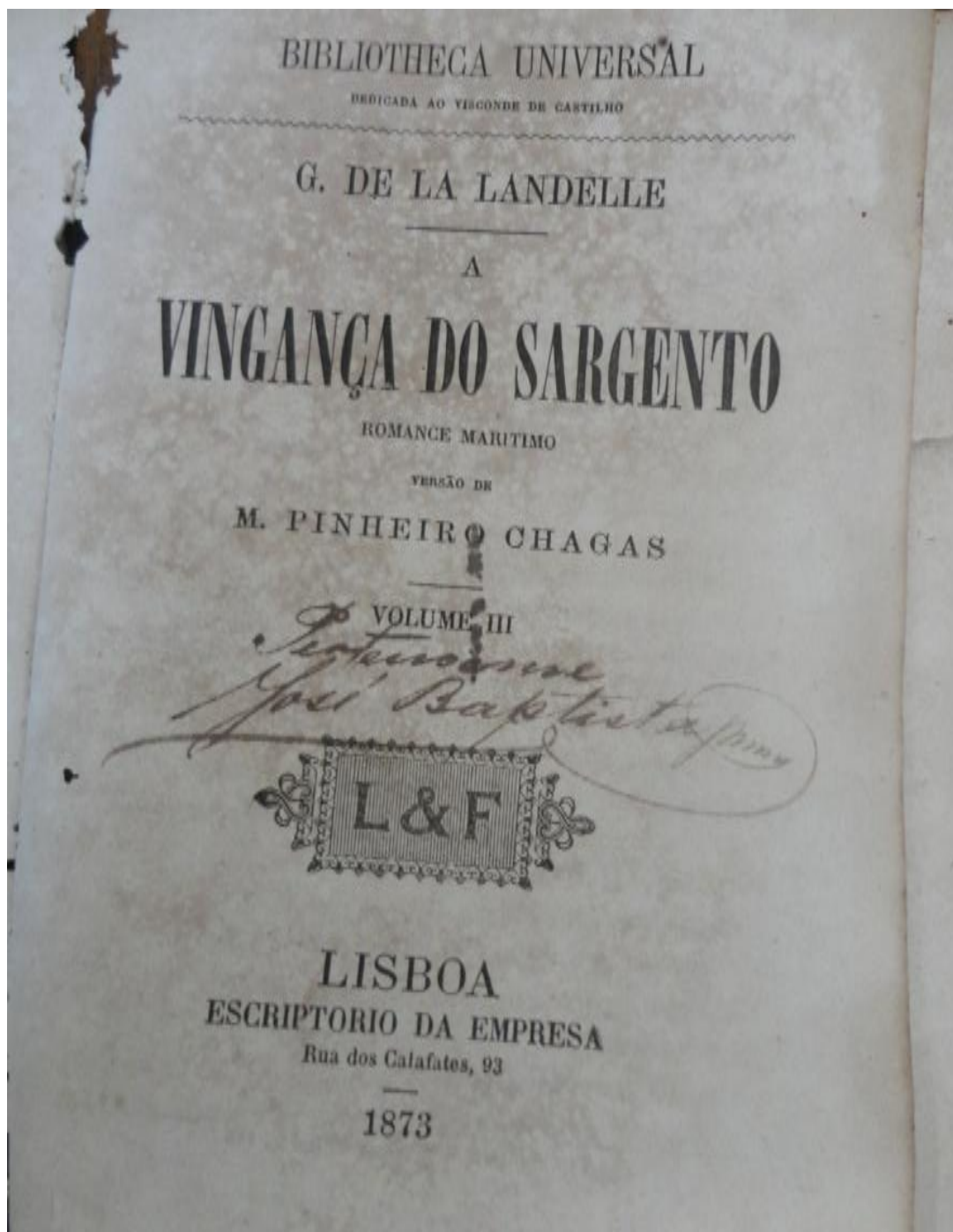


Fonte: L'Église, (1874).

Jose Baptista Firmo foi doador dos romances: *A VINGANÇA DO SARGENTO*, 1873, de autoria de G. de La Landelle e versão de M. Pinheiro Chagas; da obra portuguesa denominada *O CAPITÃO PAULO* de Alexandre Dumas da Coleção Pedro Correa; obra

portuguesa *A SEGUNDA VIDA*, autor H. Peres Escrich; romance português de 1874, *MATHILDE*, autor D. ANNA MARIA RIBEIRO DE SÁ.

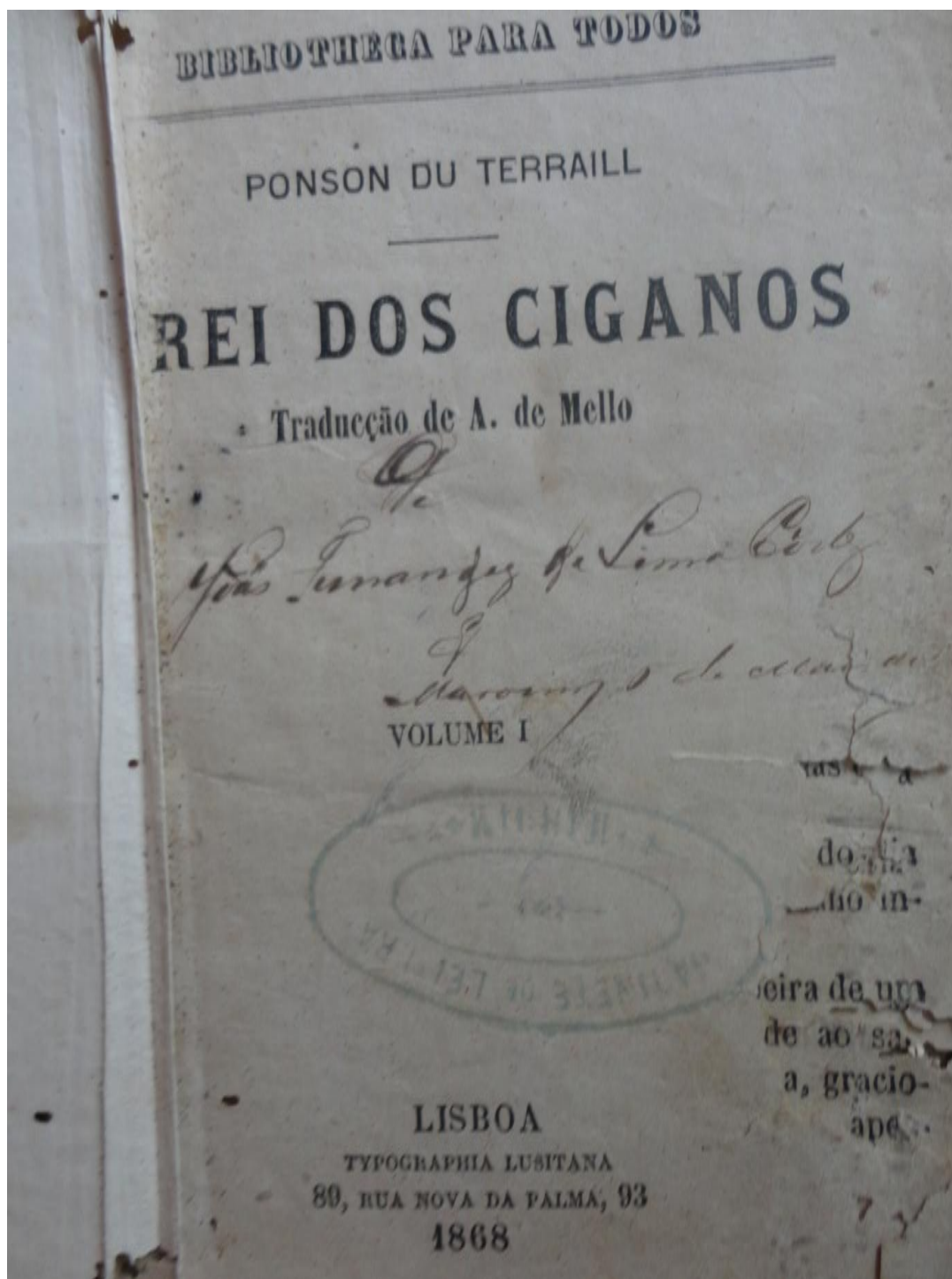
Figura 14: Obra “Vingança do Sargento”



Fonte: Landelle, (1873).

João Fernandez de Lima Cortez doador da obra portuguesa do ano 1868 REI, DOS CIGANOS, autor PONSON DU TERRAILL e tradução de A. DE MELLO.

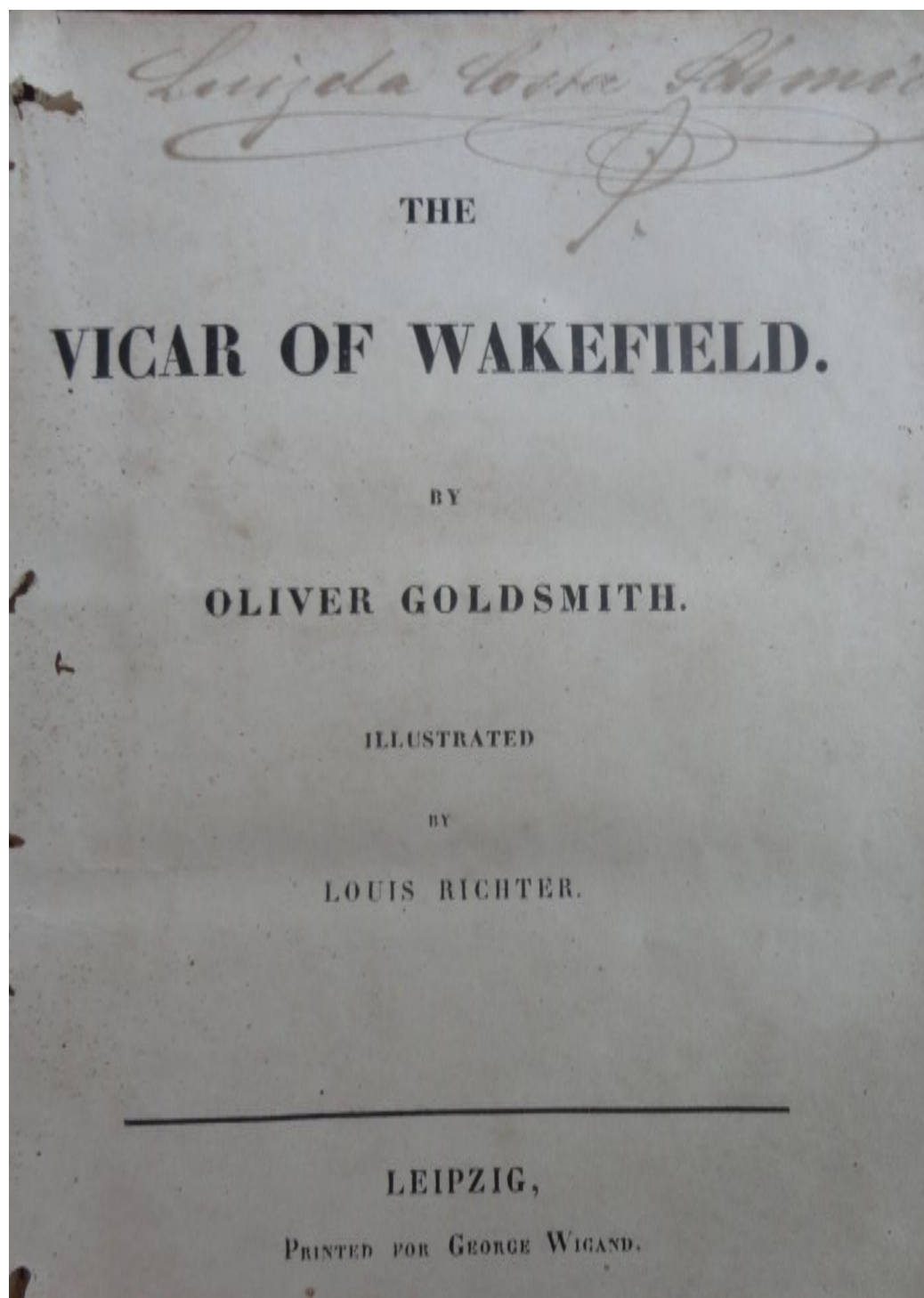
Figura 15: Obra “Rei dos Ciganos”



Fonte: Terrail, (1868).

Luiz da Costa Almeida doador da obra VIGAR OF WAKEFIELD do séc. XIX do autor Oliver Goldsmith.

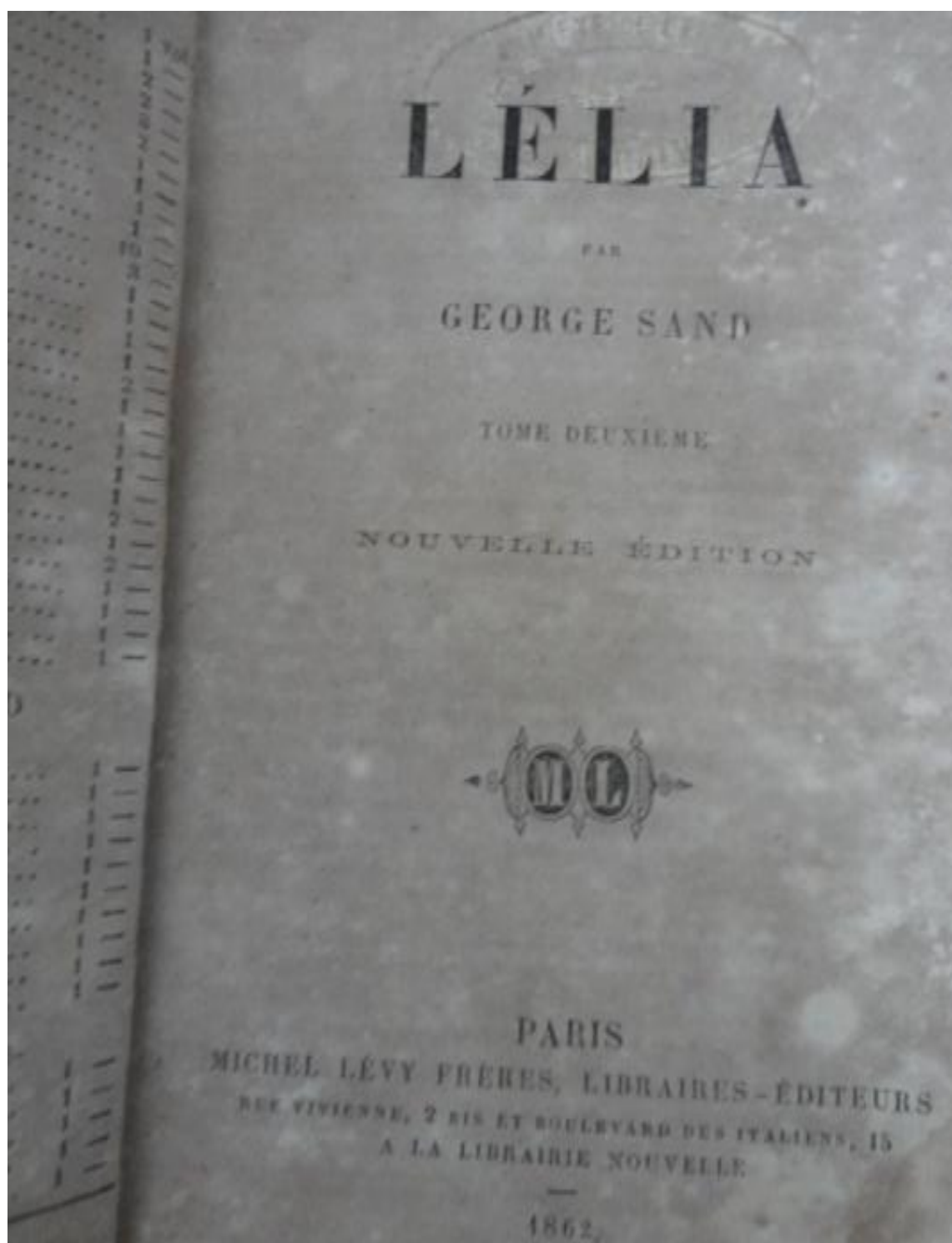
Figura 16: Obra “The Vicar of wakefield”



Fonte: Goldsmith, (1879).

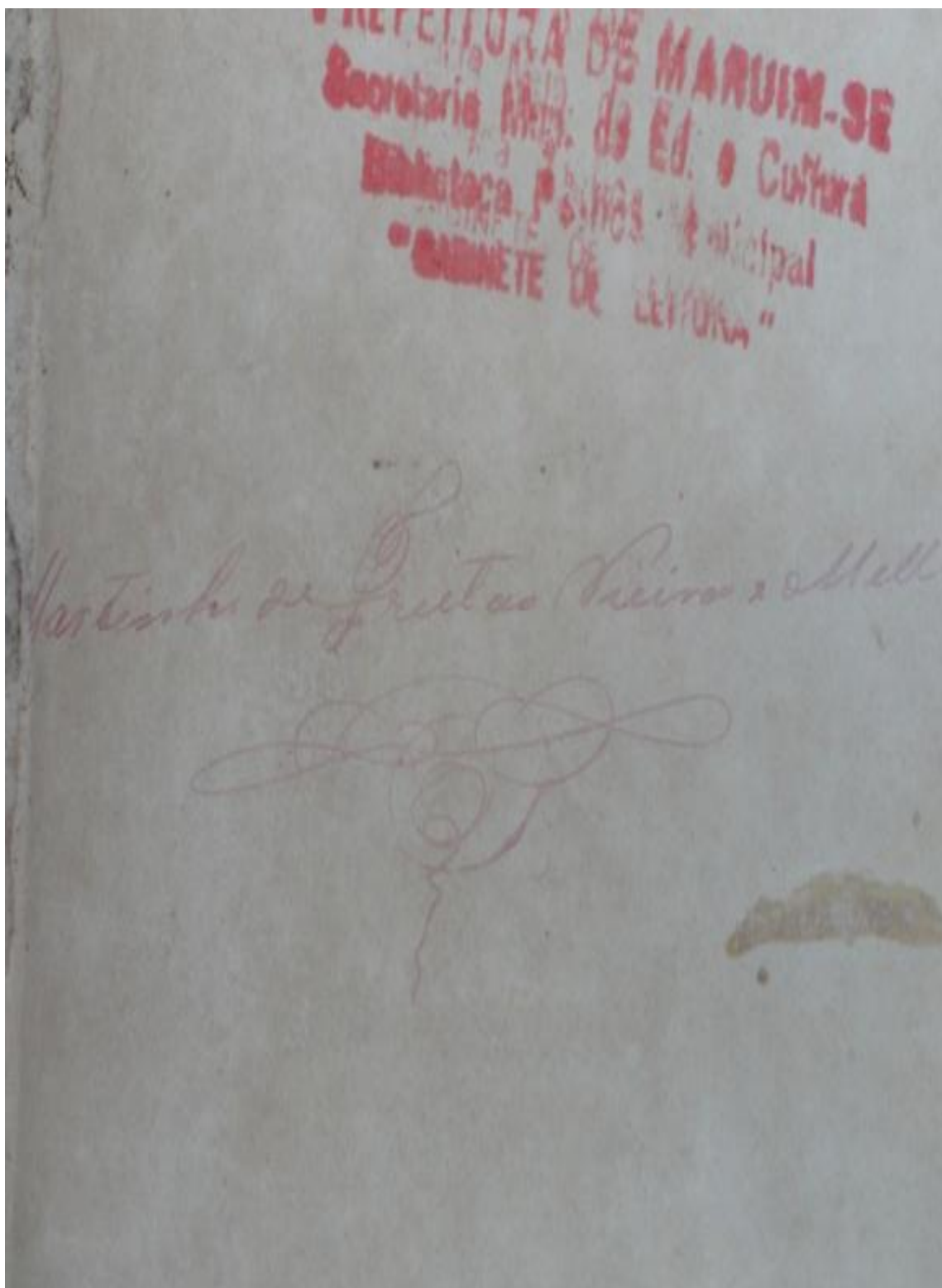
Martinho de Freitas Vieira de Mello doador da obra francesa LÉLIA, de 1862 que pertence a uma de coleção de MICHEL LÉVI cujo autor George Sand tem como característica a produção de obras sentimentais e sociais

Figura 17: Obra “Lélia”



Fonte: Sand, (1862).

Figura 18: Contracapa da obra Lélia

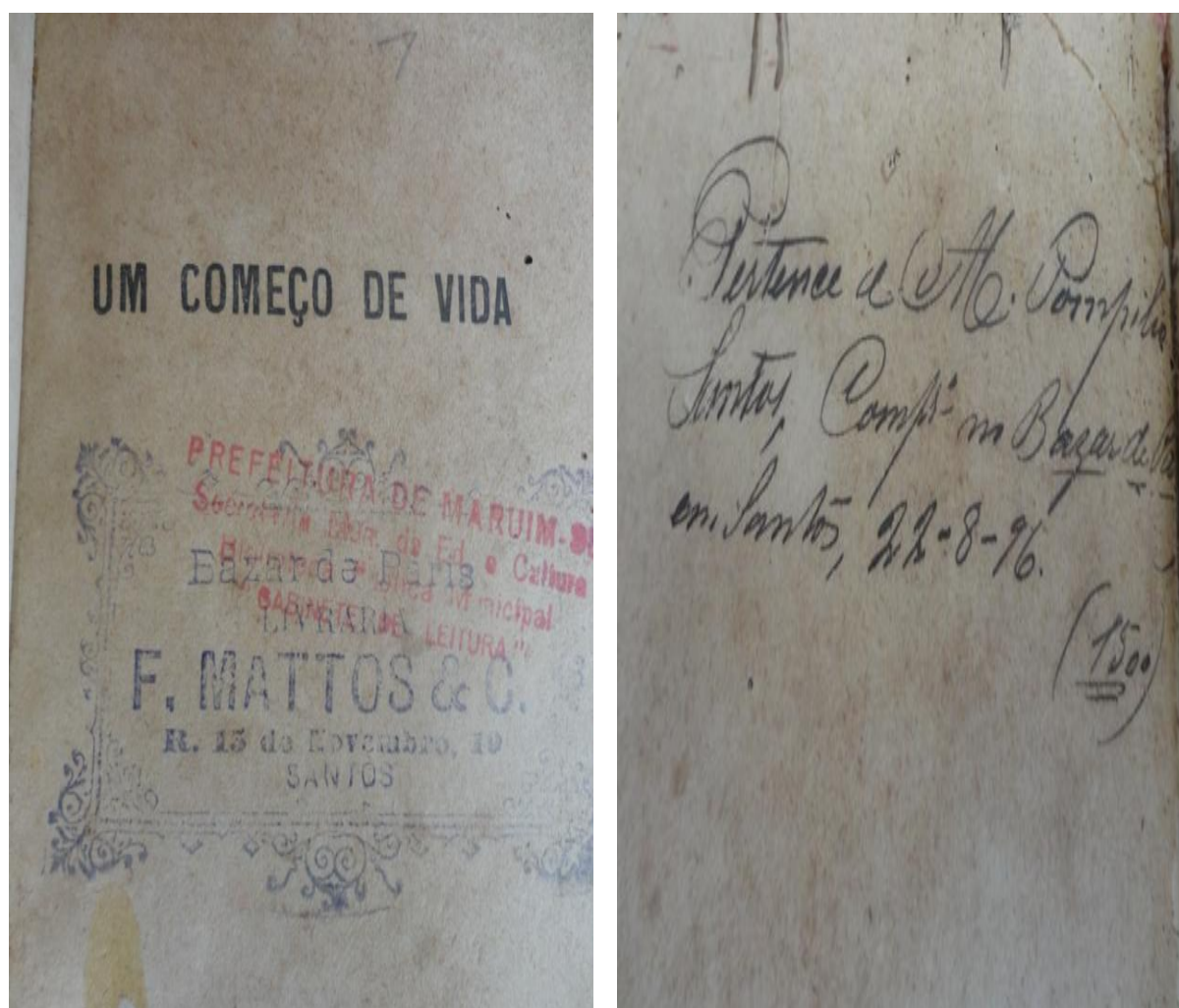


Fonte: Sand, (1862).

Manoel Pompílio dos Santos doador de obra portuguesa cujo título *UM COMEÇO DA VIDA*, 1877 (coleção: H. de Balzaque) traduzida por Beldemonio (Eduardo de Barros Lobo).

Trata-se de uma coleção francesa de Honoré de Balzac. Nota-se nas suas obras traços psicológicos e realistas da sociedade francesa da época. Ele doou as seguintes obras: cerca de 15 exemplares portugueses da coleção *VIAJENS MARAVILHOSAS AOS MUNDOS CONHECIDO E DESCONHECIDO* do autor Julio Verne do ano de 1890, da obra portuguesa de *EVA TRIUMPHANTE* da Coleção Popular; e da obra portuguesa do ano de 1895, *CHRONICA de EL- REI D. FERNANDO*, autor Fernão Lopes.

Figura 19: Obra “Um começo da vida”



Fonte: Balzac, (1877).

Silva, M. (2006) acrescenta sobre a presença marcante de títulos franceses nos acervos dos gabinetes do século XIX, tanto da Europa quanto do Brasil a exemplo de “autores revolucionários” como Rousseau, Montesquier e Voltaire. Isto é comprovado em Sergipe, uma vez que se observa no acervo do GLM diversos recursos bibliográficos de autores franceses, embora, segundo a autora, esses títulos estrangeiros fossem poucos consultados pelos membros dos gabinete. Em virtude do aumento da produção literária e editorial no

Brasil, alguns romances brasileiros faziam-se presente no acervo do Gabinete dentre os quais se destacam as coleções de Machado Assis, José de Alencar, Coelho Neto, Guerra Junqueiro e Alexandre Herculano. Os recursos bibliográficos, sejam nacionais ou estrangeiros existentes no Gabinete, contribuíram para formação de leitores na região, especialmente nos municípios de Capela e Laranjeira (SILVA, M., 2006). A autora exemplifica: “o escritor Zózimo Lima, natural dessa última cidade, era um assíduo frequentador do GLM. De lá, transportava feixes de livros, a pé ou em carro de bois, para as suas leituras de entretenimento e pesquisa” (SILVA, M., 2006, p. 40).

Entretanto, mesmo que a literatura não relate sobre a política de seleção do GLM com base no usuário, porém, percebe-se que a presença de títulos, tanto nacional quanto estrangeiros, na coleção do Gabinete terminava atendendo ao perfil de alguns leitores na comunidade contribuindo, conseqüentemente, para a formação em usuários reais naquela localidade.

4.3 Ações desenvolvidas pelo GLM para a difusão da leitura

Como Unidades de Informação, os Gabinetes de Leitura foram agremiações que surgiram no Brasil com o propósito de suprir as deficiências quanto o acesso ao livro e a leitura da metade do século, além da prática de sociabilidade previa uma escola de primeiras letras (SILVA, 2006). Entretanto, no Nordeste algumas agremiações surgiram com um propósito pedagógico, a exemplo dos Gabinetes dos estados e Alagoas e Ceará:

Em geral, os homens cultos do Império brasileiro se colocavam como ‘missionários das letras’, em razão das pretensões de desenvolverem nas províncias projetos educativos que garantissem um dado perfil de civilidade ao povo desprovido da cultura das letras. ...sentiam quase que obrigados a promoverem a criação de agremiações com a intenção de divulgarem as letras e a ciência à população (MADEIRA, 2005, p.1).

Em Sergipe, no entanto, a biblioteca da SL de Maruim foi o primeiro passo para a concretização do GLM e não estava vinculada diretamente ao oferecimento do ensino à população mais pobre da localidade quando de sua instalação. Tal aspecto ainda se manteve com a fundação oficial do GLM em 1877. Em sua Ata de fundação salienta-se que esta Unidade de Informação surgia “para difundir a luz do saber, propagar o valor da sociedade e dar-lhe glória [...] introduzindo na sociedade obras para deleite e formação cultural de seus membros”¹³.

¹³Ata de Fundação do Gabinete de Leitura de Maruim, 1877.

Dessa forma, percebe-se que já havia uma preocupação latente dos fundadores do GLM em formar uma biblioteca para atender às demandas de seus sócios e não transformar o gabinete em um veículo de instrução popular, ou mesmo fomentador do ensino público local. Salienta Suaiden (2000, p. 60) sobre a relação usuário-biblioteca afirma que “à medida que a biblioteca pública se vincular adequadamente com a comunidade, ela passará a ser o caminho que possibilitará a participação efetiva na sociedade da informação”, e isso deve se concretizar através da divulgação dos acervos das UI. Na literatura corrente a divulgação, consiste em um dos serviços-fim de uma Unidade de Informação, ou seja, abrange diversas atividades relacionadas à produção de instrumentos de divulgação da própria biblioteca e dos serviços e produtos oferecidos aos usuários (MACIEL, 2006).

No que tange sobre as ações de divulgação do acervo como atividade-fim do GLM, se pode citar, a realização regular de conferências instrutivas e patrióticas no recinto da biblioteca, promovidas pela Diretoria, tendo como primeiros conferencistas a participação do Dr. José Aguiar Botto de Barros e o Sr. Luiz Barbosa Madureira. Outro evento importante que contribuiu para a divulgação do acervo do Gabinete foi o terceiro centenário do pensamento de Camões em 10 de junho de 1880. Seguindo os moldes da festividade em Portugal, os sócios do GLM homenagearam a memória do autor de os “Lusíadas”. Nesse dia, o Gabinete dedicou uma sessão especial para discorrer sobre a vida e obra de Camões. Durante a sessão tem a palavra Thomaz Cruz, Domingos Guedes Cabral, Antônio José de Palavra de Macedo, além de, Domingos Macedo e José Matheus de Leite Sampaio. (AGUIAR, 2004).

Outro evento que aglomerava intelectuais e a população eram as comemorações cívicas. Nesses dias, em geral, atraídos pelas as festividades organizadas pelo GLM, aumentava sobremaneira, as visitas ao gabinete. Nessas ocasiões o acervo era colocado em exposição. Têm-se notícia de que durante as comemorações do Primeiro Aniversário da República em 15 de novembro de 1890 foram registradas duzentas e vinte oito visitas, o maior número de visitantes que o Gabinete recebeu. Por acreditarem em país renovado, seus diretores aproveitavam tais momentos para divulgar seu acervo:

Em homenagem a data gloriosa de 15 de novembro, conservou-se hontem garbosamente ornamentado o sallão do Gabinete de Leitura. Durante o dia Fluctuou na frente de seu edificio a bandeira nacional. O retrato do generalíssimo esteve lindamente engrinaldo de flores naturais. A noite fez-se exposição das obras de luxo e precciosidades que possui na sua biblioteca. Grande concorrência de pessoas atraiu durante o dia e noute o Gabinete de Leitura, pela pitoresca perspectiva que ostentava (Revista Literária, 1890 apud SILVA, 2006, p. 42).

Contudo, se faz necessário observar que o objetivo final de uma biblioteca corresponde à dinamização das coleções, que engloba desde o atendimento ao usuário, a dinamização do uso das coleções para difusão da informação, até a instrução da sociedade (MACIEL, 2006). Com o GLM não foi diferente. Com o passar dos anos, na última década do século XIX, seus membros passaram a se preocupar de forma mais pungente com a instrução pública. Dessa maneira, os sócios do GLM, em geral ligados à aristocracia açucareira, e a elite comercial e letrada da Província, passaram a efetivar ações de instrução popular, mobilizando recursos, professores e ampliando o número de sócios.

Este fato é confirmado por duas fontes. A primeira delas, a obra *Traços da História de Maruim*, do pesquisador Joel de Aguiar que em seu esboço histórico do gabinete, apresenta documentos que comprovam que o tema da instrução popular foi assunto bastante debatido nas dependências do GLM, sobretudo, pelos estrangeiros residentes e jovens bacharéis que residiam ou visitavam Maruim para temporadas de férias. Tais debates dão indícios que houve uma preocupação dessa agremiação com a função educacional no município de Maruim. A segunda delas trata-se da doação monetária de homens influentes da região, para o estabelecimento de aulas noturnas para a sociedade maruinense em 1891.

[...] A. FONSECA & C. fizeram um donativo ao Gabinete de 5.300&000 em apolias federais e a quantia de 100&000 mensais, pelo espaço, de 12 meses para o funcionamento de uma aula noturna. Alcibíades Dantas & Irmão, para idêntico fim, ofereceram 50&000 para a manutenção das aulas noturnas que funcionaram durante dois anos, sob a direção do Farm. Pedro G. Moreno. Os doadores das quantias acima enumeradas, Srs. Affonso Fonseca, João Fonseca, Josias Dantas e Alcibíades Dantas, foram considerados sócios beneméritos (AGUIAR, 2004, p. 103).

Em suma, dois aspectos se apresentam quando se observa o perfil, o acervo e as ações promovidas pelos membros e diretores do GLM na segunda metade do século XIX. Por um lado vê-se que essa Unidade de Informação foi criada para deleite de um número bastante reduzido da população da região ou mesmo da província, pois foi formada para e pela elite proprietária e comercial da região. Por outro lado, vê-se que tal associação letrada, além de difusora e promotora de ações culturais, foi responsável também pela difusão da informação e como propagadora da instrução pública gratuita na Província e na República sergipana.

4.4 Os promotores da “cultura erudita” do GLM (1877-1900)

Segundo o Houaiss, erudito, do latim *eruditus*, é aquele que é instruído em distintas ciências, artes ou disciplinas. Espécie de sábio, douto ou culto que pode falar com convicção e

de forma fundamentada sobre os mais variados temas. Contudo, também faz referência à pessoa que conhece amplamente as questões de uma determinada ciência ou arte. Alguém de cultura vasta.

Desde a Antiguidade que a cultura erudita está ligada às elites econômica, política e cultural, ou seja, subordinada ao capital pelo fato de este ser o fator viabilizador dessa cultura. A cultura exige leitura, estudo, pesquisa para se obter conhecimento, portanto não é viável a uma maioria, e sim, a uma classe social específica que por sua vez possui condições gerais para investir nesses aspectos e obter conhecimento.

Também esse quadro se apresentava na cidade de Maruim na segunda metade do século XIX. Há essa época, o número de alfabetizados da cidade e da Província, estava praticamente restrito às classes abastadas e médias da sociedade. A porção maciça da população, sobretudo na região da Cotinguiba nos últimos trinta anos dos oitocentos, concentrava-se nas propriedades agrícolas; outros possuíam ocupações no comércio, no serviço de transporte e outros trabalhos para movimentar o escoamento da produção agrícola e comercial e pequenos trabalhos urbanos. Dessa forma, este grupo estava longe de ter acesso à cultura letrada ou erudita. Tal distinção estava reservada a outros indivíduos, muitos deles na região de Maruim, ligados diretamente ao GLM.

Como anteriormente citado, o GLM foi criado pela iniciativa de homens ilustres na região da Cotinguiba e, conseqüentemente, na Província de Sergipe Del Rey, tendo como colaboradores intelectuais de outras províncias. Homens ligados ao direito, medicina, engenharia, farmácia, jornalismo, dentre outras profissões. Muitos acumulavam também títulos aristocráticos ou políticos, formando um grupo de destaque no interior da sociedade.

Dentre os doadores e sócios do GLM¹⁴, estão nomes consagrados na sociedade sergipana, a exemplo de *Martinho de Freitas Vieira de Mello*¹⁵, bacharel em direito, sub-

¹⁴ Estatuto do Gabinete de Leitura de Maruim. Bahia. Tipografia Catalina, 1893.

¹⁵ Martinho de Freitas Vieira de Mello Martinho era bacharel em direito, foi filho de João da Rocha Vieira de Melo e de D. Helena Bueno Cesar, nasceu em laranjeira em 1º de abril de 1844 no engenho Comandaroba e faleceu a 23 de abril de 1897 na capital federal. No campo profissional, Martinho foi sub-diretor dos correios, servindo o cargo de diretor geral. Quanto ao aspecto intelectual Martinho iniciou o curso de humanidades na cidade natural, em seguida foi continuá-lo no Ginásio baiano do Dr. Abilio, na Bahia, de lá partiu para o Rio de Janeiro a fim de frequentar a Escola Central o qual foi interrompido para estudar o curso direito em São Paulo. Ali permaneceu muito pouco tempo. Terminou preferindo fazer o tirocínio acadêmico na Faculdade de Recife na qual efetivamente se graduou em bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1870. Com decidido pendor para a imprensa, revelado seu gosto desde o colégio, onde já em 1861 escrevia para o pequeno jornal do estudante intitulado – O Ginásio – colaborou com diversos jornais dos lugares onde residiu. Escreveu: Discursos, Regulamentos e Apontamentos sobre a província de Sergipe. Fundou e redigiu o periódico como “O Tempo”; série de artigos de propaganda titulada de “Educação dos ingênuos”; deixou outros trabalhos relativo ao serviço postal, assim como manuscrito sobre diversos assuntos os quais não foram utilizados (GUARANÁ, 1925).

diretor dos correios, jornalista e escritor; *Manoel Pompílio dos Santos*¹⁶, funcionário público, poeta, tipógrafo, redator, revisor e crítico literário; *João Fernandes de Lima Cortez*¹⁷, médico, professor, juiz distrital, jornalista e escritor; *Luiz Barbosa Madureira Rollemberg*¹⁸,

¹⁶ Manoel Pompílio dos Santos. Filho do Capitão Luciano José dos Santos e de D. Francisca de Salles Conceição Santos, nasceu em Maruim em 25 de dezembro de 1875 e faleceu a 5 de fevereiro de 1919 na cidade de Santos/SP. Em relação a sua intelectualidade, Pompílio não teve curso regular em letras, porém foi inteligente e estudioso ao aproveitar na sua assídua assistência ao GLM de sua cidade natal, o qual se destacou na arte tipográfica. Durante a sua carreira profissional, habilitado na arte tipográfica, trabalhou no caixotins do “O Maioriense” hedomadario sob a direção de Antonio Augusto Gentil Fortes. Tendo sido empastelado em ordem da imprensa, partiu em 03 de fevereiro de 1893 para Santos, sua segunda e ultima residência. Ali continuou a lidar com tipografia, naquele ano escolheu os materiais e montou a Tipografia Brasil, o mais importante estabelecimento tipográfico de Santos. Após deixar essa empresa em 1895 trabalhou como tipográfico e auxiliar das redações dos jornais santista denominado “Santos Comercial”, “A Folha”, “Diário de Santos”, “Gazeta da Tarde” e finalmente em 1896 na Tribuna do Povo de Olimpio Lima. No Rio de Janeiro trabalho como revisor de “O comercio do Brasil”. Depois de diversas tentativas sem sucesso na vida jornalística terminou no funcionalismo publico. A principio foi a amanuense, elevado depois a 3ª officia da Comarca Oficial de Santos. Nas artes cultivou a poesia, até certo tempo, tendo publicado em 1893 em Santos seus versos dedicados a Maruim. Redigiu também periódico critico e noticioso como “A Vespa”; “O Echo”; a “Ideia”; a “Cidade de Santos” e “A Tribuna”. Fundou e redigiu “A Vida Mental” revista humorística, literária e ilustrada “A Fita”; “A Boa Nova” revista espiritualista (GUARANÁ, 1925).

¹⁷ João Fernandes de Lima Cortez – Não nasceu no Estado da Bahia, como erradamente afirma o Dicionário Bibliográfico Brasileiro, mas no engenho São Pedro, município de Propriá, em março de 1854, filho do Coronel Francisco de Assis Cortes e D. Maria Umbelina da Silva Porto. No Seminário da arquidiocese baiana fez o curso preparatório e teria prosseguido nos estudos teológicos, para corresponder à vontade paterna, se por uma desinteligência com o sacerdote investido das funções de censor, não se tivesse retirado daquele instituto de ensino. Dando novo rumo às suas aspirações científicas, voltou ao Aracaju para cursar as aulas do Ateneu Sergipense com o fim de habilitar-se à matrícula na Faculdade de Medicina. Estudante inteligente, concluiu com distinção todos os exames de humanidades, mas chegado a Bahia foi logo elevado às honras de mestre com a nomeação de examinador da Banca de latim na mesma Faculdade, abandonando a idéia de fazer o tirocínio acadêmico. Desde então se acentuou a sua vocação para o magistério, a que consagrou a melhor parte da existência. Em Santo Amaro, da Bahia, em Barbacena, de Minas, em Santos e 253em Jundiá, de S. Paulo, e na capital federal difundiu a instrução em colégios que fundou, e em outros em que com rara competência regeu as cadeiras de português, latim e francês. Na fase da vida em que lhe abundaram os recursos, percorreu a Europa e lá aprofundou os seus conhecimentos da língua latina na Itália, onde colheu dados históricos para um trabalho de fôlego, que não chegou a ser publicado. Restituído à pátria continuou a propagar o ensino por mais algum tempo, até transferir-se da capital federal para o Rio Grande do Sul, onde no exercício do cargo de juiz distrital do termo de Garibaldi, veio a falecer a 10 de março de 1909 na cidade de Caxias do mesmo Estado. “O Brasil”, órgão da imprensa nessa localidade, nas linhas dedicadas à sua memória, exaltando-lhe os méritos de filólogo, literato e pedagogo, disse ter ele deixado reputação firmada em vários estabelecimentos de instrução e no seu arquivo precioso algumas obras inéditas de inestimável valor. Escreveu: Modo de medir as Odes de Horácio. Bahia, 1879, 42 págs. in. 12º. Imprensa Econômica; Lélio ou Tratado sobre a amizade por M. F. Cícero. Vertido do latim para português. Rio de Janeiro, 1888, XXI – 108 págs. in. 12º. Tipografia e Litografia de Carlos Gaspar da Silva. Era então o Autor professor no colégio Abílio, de Barbacena;– Resumo da gramática portuguesa. (Pontos de português segundo o novo programa). Rio de Janeiro, 1888, 104 págs. in. 16º. Na livraria de J. J. de Azevedo, editor; Discurso de M. T. Cícero em favor de M. Marcelo. Trad. do latim. Rio de Janeiro, 1905. 38 págs. in. 16º. Tip. Lit. Malafaia Júnior; Mundo infantil. Curso de leitura para meninas. Versão portuguesa do Picolo Mondo de Edmundo d’Amicis. Porto Alegre, 1907, 276-II, in. 12º. Editores Souza & Barros (GUARANÁ, 1925).

¹⁸ Luiz Barbosa Madureira Rollemberg – Filho do Comendador Luiz Barbosa Madureira e D. Maria Rolemberg de Madureira, nasceu no antigo engenho Pedras, município de Maruim, e faleceu na vila de Sto. Amaro a 12 de dezembro de 1892. Estudou em Pernambuco onde foi orador do Novo Ateneu e Vice-Presidente da Sociedade “Juventude Libertadora do Recife”. Voltando ao Estado natal, foi sócio e orador oficial do Gabinete de Leitura de Maruim; escriturário da Diretoria Geral do Ensino Público, nomeado a 4 de dezembro de 1882; promotor público da comarca de São Cristóvão, e orador efetivo da “Associação de Caridades” da Vila do Rosário do Catete. Foi sócio honorário da Nova Arcádia de “S. Paulo”. Escreveu: O Sr. Dr. Guedes Cabral e seus escritos. Protesto católico por... Aracaju, 1877, 40 págs. in. 8º pq. Tip. do Americano; A Glória de Luiz Camões. No “Eco Liberal” de 4 de setembro de 1880; A *Esperança* (Fantasia). A Exma. Sra. D. Eugênia Ayres do Nascimento, mui

funcionário da Diretoria do Ensino Público, escritor, sócio e orador oficial do GLM; *Campos Teles de Meneses*¹⁹, funcionário público, linguista, lente de inglês do Atheneu Sergipense, Diretor da Escola Normal e escritor; *José Baptista Firmo*, jornalista baiano que colaborou com vários intelectuais sergipanos e aparece também entre os doadores que constituíram o acervo do GLM.

Dessa forma, a partir dos exemplos acima citados, percebe-se que ser sócio ou colaborador do GLM demandava um determinado nível social e intelectual, fator que excluía a maioria da população e consagrava um grupo como a elite intelectual sergipana, fator esse que distinguia homens, consagrava nomes e facultava nomeações públicas na Província e fora dela, fazendo desses homens difusores da cultura e informação no século XIX em Sergipe.

digna e virtuosa esposa do Exmo. Sr. Dr. José Ayres do Nascimento, como prova da mais alta consideração e apreço. No “Jornal de Sergipe” de 4 de fevereiro de 1883; *A veneranda memória do Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto*: notícia necrológica. No “O Democrata”, de 14 de junho de 1884; *A saudosa memória do Dr. Epifânio de Bittencourt*, juiz de direito da comarca de Sto. Amaro, Bahia. No “Jornal de Sergipe” de 27 de setembro de 1884; A Victor Hugo. No “Guarani”, Aracaju, de 26 de fevereiro de 1885; *Um brado à caridade* em prol das vítimas do terremoto que acaba de convulsionar a Espanha. No “Jornal de Sergipe”, de 18 de julho de 1885; *Um apelo aos proprietários de escravos*. Ao ilustre abolicionista José do Patrocínio; Na “A Reforma”. Aracaju, de 8, 15 e 22 de maio de 1887; – *O festim no palácio de um nababo*. Inspiração da festa da caridade, bela página do insigne literato português conselheiro Thomaz Ribeiro. Aracaju, 1890, 22 págs. in. 12º (GUARANÁ, 1925).

¹⁹ Campos Teles de Meneses, nascido a 1 de janeiro de 1848 no sítio da Florença, município do Socorro, faleceu no Aracaju, a 1 de agosto de 1906. Na idade de 5 anos seguiu com seus pais, o tenente coronel Teodorico Rodrigues de Siqueira Meneses e D. Clara de Faro Teles, para S. Cristóvão, onde encetou os estudos primários na aula particular de seu parente, Doutor Graciliano Aristides do Prado Pimentel. (vide este nome). Em 1857, dois anos após a mudança da Capital para o Aracaju, acompanhou a família paterna para essa cidade e ali se preparou nas matérias do ensino secundário, aplicando-se de preferência ao estudo de línguas a que muito se afeiçoara. Suficientemente habilitado para a carreira burocrática, iniciou-se no funcionalismo público, como 2º oficial da Secretaria do Governo, para cujo cargo fora nomeado por ato de 17 de abril de 1863 e oficial da 1ª Seção, por ato de 5 de maio de 1871. Promovido mais tarde a chefe de Seção, foi chamado por vezes para servir de secretário interino e oficial de gabinete de vários presidentes. Fora sempre sua aspiração entrar para o magistério público e desde que pôde realizá-la, renunciou o cargo de chefe de Seção que exercia com todo o zelo e muita competência. Nomeado a 28 de junho de 1877 lente de inglês, por concurso, do “Atheneu Sergipense”, lecionou esta disciplina com proficiência e zelo até aos últimos dias, como ocupou por algum tempo a mesma cadeira na Escola Normal, a começar de abril de 1882. O seu decidido gosto pelo ensino levou-o a fundar o “Ginásio Sergipense”, de que foi diretor e lente durante todo o tempo que funcionou, desde 1888 a 1899, e onde se educaram muitos alunos, hoje em elevadas posições. Foi diretor da Escola Normal, diretor geral interino da instrução pública, delegado de polícia, Presidente da Câmara Municipal de Aracaju, 2º Secretário e posteriormente presidente do “Gabinete Literário Sergipano” e membro do Gabinete de Leitura de Maruim. De costumes irrepreensíveis e apreciado pela nobreza dos seus sentimentos, soube honrar o seu nome e o meio em que sempre viveu, pois que nunca se ausentou de Sergipe. Trabalhou na imprensa local e deixou inéditas as seguintes obras: *Gramática portuguesa prática*; *Dicionário inglês-português*; *Gramática inglesa, por concluir* – Redigiu com outros: – *Correio de Sergipe*: jornal político. Aracaju, 1890-1891. O primeiro número é datado de 12 de outubro daquele ano (GUARANÁ, 1925).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade de Maruim, Província de Sergipe, aos 19 de agosto de 1877 nasce o Gabinete de Leitura que consiste em uma agremiação com um perfil de uma biblioteca. Administrada por particulares ou sócios representante da elite local, visto que não houve a participação do governo e sim da iniciativa de homens denominados na instituição beneméritos e honorários que gozavam de prestígio econômico e social na cidade. Nessa época Maruim vivia um esplendor econômico e desfrutava de um vasto prestígio comercial e de empreendedores que reconheciam o valor das letras. Embora nada conste registrado sobre a primeira ideia de fundação do Gabinete, porém a presença do médico Thomaz Rodrigues da Cruz e do comerciante Domingos José de Macedo tenham sido considerados os principais chefes da fundação dessa agremiação literária (AGUIAR, 2006). Quanto a sua importância para disseminação do conhecimento, sabe-se que no contexto do Brasil os Gabinetes eram criados para superar as deficiências no acesso ao livro e a na leitura, porém no Gabinete de Maruim essa disseminação ficou restrita a poucos tendo em vista que no primeiro momento objetivava a instrução e recreio de seus sócios (SILVA, M., 2006), pois durante alguns anos representou um verdadeiro culto de dedicação à literatura e um solene hino de amor à cultura local os quais fez despertar nos sócios o espírito estudioso quem procuravam a biblioteca para expor seus pensamentos (AGUIAR, 2006).

Nessa pesquisa não foi possível ater-nos aos anseios iniciais da pesquisa, devido a má conservação tanto do acervo, quanto do conjunto documental, tão importante para se traçar um perfil do leitor em Sergipe dos oitocentos. Isto pois, atualmente o acervo do GLM não dispõe de nenhuma política de preservação bibliográfica, nem do passado, nem do presente. Todavia, pelas leituras que fizemos mesmo com as parcas fontes que foi possível acessar, percebemos no GLM, várias características de uma biblioteca que tinha a intenção de disseminar a informação, o que talvez tenha contribuído para que esse gabinete, tenha tão longa existência..

Conforme foi se procedendo à leitura dos livros presentes no acervo, foi se encontrando linhas escritas numa caligrafia nem sempre favorável ao leitor moderno. Tratavam-se dedicatórias manuscritas, realizadas com canetas tintas de *penas* e tinta ferrogálica, materializando a principal forma de organização do acervo do GLM, as doações. Perpetuaram-se várias fontes, registro de doadores que expressaram a marca de sua colaboração naquele acervo e que mais tarde iria fazer parte da história daquela instituição. Para a biblioteconomia esses “achados” adquirem uma relevância muito especial porque

mostra como *fazer biblioteconômico* – mesmo que ainda não formalizado – era desenvolvido naqueles tempos pelos os primeiros sócios entusiasmados com o progresso do Gabinete (AGUIAR, 2006).

A escolha do Gabinete de Leitura Maruim como objeto de pesquisa trouxe algumas dificuldades, em virtude da restrição das fontes, que só foi possível serem detectadas durante realização, mas que ao final do trabalho podemos denominar como indutivas a novas investigações. O fato de nos últimos anos não ter o Gabinete figurado no âmbito da biblioteconomia tornou nossa empreitada um desafio que sem dúvida só foi possível pela demanda de um grande esforço, sobretudo, pelo pouco cuidado com as fontes históricas e dificuldade de acesso ao material, que está em processo de deteriorização se medidas de preservação e conservação não foram adotadas com brevidade.

O problema da pesquisa foi atendido tendo por base a teoria da Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC). Procedemos à análise dos documentos restante, que ainda compõe o acervo do GLM, por mais de uma dezena de vezes para extrair os elementos que identificariam a prática de doação de livros como processo integrante da FDC. Por essa razão, na mesma medida que foi árdua foi extremamente compensatório ver aos poucos emergindo dessas fontes os envolvimento relativos às características pessoais dos doadores com os itens bibliográficos o que resultou na formação do acervo.

A coleta desses livros, sabidamente essenciais para qualquer biblioteca, embora não existindo nenhum documento oficial compilado pelos membros do GLM no passado que registrasse a prática da doação, foi analisado com base no tipo de leitura e as características pessoais de seus doadores, ou seja, a vida dos colaboradores em sociedade. Portanto, o exame revelou que os livros doados muito coincidiam com prática profissional de seus sócios. Em relação à composição do acervo percebe-se que há um gosto dos doadores predominantes para os romances franceses e portugueses fato predominante nos acervos do século XIX. Ressalta ainda a questão educacional desempenhada pelo Gabinete, pois dificilmente poderia ocorrer a uma pessoa procurar a biblioteca sem estar interessada na informação bibliográfica, e esse é um grande contraste, como poderia esse interesse se durante o período mencionado o ensino era muito precário e grande percentual da população era composto de analfabetos? Portanto, era um clima ideal para a disseminação de informação oral, utilitária ou sobre cidadania. Assim o GLM recebe outra definição que na Ciência da Informação é denominada de Colégio Invisível formado pelos eruditos da Província sergipana, visto que os sócios ao contar com uma estrutura de uma biblioteca puderam contribuir para a formação de um público leitor,

mesmo que restrito. Embora esse discurso da classe elitizada servisse de desculpas para aqueles que desejavam muitas vezes, propagar seus ideais (SILVA, M., 2006).

Durante a elaboração do projeto do trabalho de conclusão de curso, não identificamos na literatura moderna, teóricos de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) que tratassem de acervos retrospectivos. Tendo como delimitador o objetivo geral estruturado, empreendemos um grande levantamento bibliográfico a fim de entender como é praticada a FDC. Aliado a isso, contamos com as obras de Joel de Aguiar, Traços da História de Maruim e também a de Maria Lúcia Marques Cruz e Silva, Revista Literária do Gabinete de Leitura de Maruim (1890-1891): subsídio para a história dos Impressos em Sergipe, considerados relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa.

De fato, foi um desafio e um grande prazer poder trazer informações praticamente inéditas acerca do GLM tido como maior centro de consulta bibliográfica de Sergipe no final do XIX, e principalmente fazer uma análise à luz da biblioteconomia. Portanto, esperamos contribuir de alguma maneira com a pesquisa dessa área, que certamente necessitará de trabalhos de maior fôlego, devido ao longo período de funcionamento do GLM. Devido à importância dessa “casa do saber”, mais do que buscar entender Pois, se entendermos o passado não há como avançar rumo ao futuro. A biblioteconomia conta com um *corpus* teórico muito antigo que não deve ser esquecido e é nessa área que pretendemos seguir.

REFERÊNCIAS

- ABREL, Márcia (Org.). **Trajatória do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVII e XIX. 2008. Disponível em: <
http://webcache.googleusercontent.com/search?hl=pt&q=cache:b_fG-IF0NtIJ:http://www.mercado-de-letras.com.br/livro-mway.php%3Fcodid%3D55%2BCaminho+do+romance+no+Brasil:+s%C3%A9culos+XVIII+a+IXI&gbv=2&rlz=1W1ADFA_pt-BRBR407&gs_l=heirloom-hp.12...26453.26453.0.2>
 Acesso em: 18 nov. 2012.
- ABREL, Márcia *et al.* **Caminho do romance no Brasil**: séculos XVIII a XIX. São Paulo: 2007. Disponível em:
 <www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf> Acessado em: 18 nov. 2012.
- AGUIAR, Joel. **Traços da história de Maroim**. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 2004.
- AZEVEDO, Denio Santos. **Crise do império e o discurso liberal-republicano**: a construção do capital social no gabinete de leitura de maruim (1877-1889). [200-?]. Disponível em: <
<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT3/GT3-DENIO.pdf>>. Acessado em: 2 abr. 2013.
- AZEVEDO, Denio Santos. **Navegando pelo Cotinguiba**: representações de Maruim no século XIX a partir dos relatos de viajantes. São Paulo: ANPUH, jul. 2011. Disponível em:
 <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308192558_ARQUIVO_ST69-DenioSantosAzevedo.pdf>. Acesso em: 12 out. 2012.
- AZEVEDO, Denio Santos; ANDRADE, Polyana Bittencourt. GT 01: Grupos dirigentes, dinâmicas do poder e políticas públicas no Norte e Nordeste brasileiro. “Oficina de Luz na Terra Propagadora das Letras”: Esfera Pública, Sociabilidade e Capital Político no Gabinete de Leitura de Maruim. In: XIV CISO ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE. **Anais...**, Recife: 2009, p.19.
- BALZAC, H. de. **La Paix Du Ménage**. 1863
- BALZAC, H. de. **Um começo da vida**. Santos: F. Mattos & C., 1877
- BLANK, Cinthia Kath; SARMENTO, Patrícia Souza. Bibliotecas comunitárias: uma revisão de literatura. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 142-148, 2010 ISSN – 1809-4775. Disponível em: < periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/download/4909/3714 >. Acessado em: 2 abr. 2013.
- BORBA, Maria do Socorro de Azevedo. **Caracterização da Unidade de Informação**. Natal: SEBRAE, 2006.
- BORBA, Maria do Socorro de Azevedo. Estudo de Caso: o processo de formação e desenvolvimento de coleções da Biblioteca Franca Giordanetti da Fatern. In: XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, MULTICULTURALIDADE E INCLUSÃO SOCIAL. **Anais...**, Maceió, 2011. Temática 1.

BRANCO, Camillo Castelo. **Um homem de brios**. Lisboa: 1862.

CAROLINA, Maria. **A importância da leitura**. Rio de Janeiro: Colégio St^a. Maria, 2007. Não paginado. Disponível em: < http://www.colegiosantamaria.com.br/santamaria/aprenda-mais/artigos/ver.asp?artigo_id=2>. Acesso em: 4 dez. 2012.

NASCIMENTO, CARVALHO Jorge. **Uma mulher alemã em Maruim**. 2005. Disponível em: http://jorge.carvalho.zip.net/arch2005-12-04_2005-12-10.html. Acesso em: 22 dez. 2012.

CHIANCA, Jarbas Alves. **Engenho Pedras: o poderio econômico do engenho das pedras, a partir das suas construções**. Disponível em <http://jchianca.zip.net/arch2007-01-28_2007-02-03.html>. Acesso em: 18 out. 2012.

DIAS, Maria Kronka; PIRES, Daniela. **Formação e desenvolvimento de coleções de serviços de informação**. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2003.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; SANTOS, Roselito de Oliveira. Desenho histórico e arcabouço conceitual do gabinete de leitura de Maceió. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Anais...** Alagoas: 2010. Disponível em: < <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/DESENHO-HISTORICO-E-ARCABOUCO-CONCEITUAL-DO-GABINETE-DE-LEITURA-DE-MACEIO.pdf>>. Acessado em: 22 dez. 2012.

DORA Ex Libris. **O que diferencia uma unidade de informação de um serviço de informação?** 2010. Disponível em: <<http://doraexlibris.wordpress.com/2010/12/02/o-que-diferencia-uma-unidade-de-informacao-de-um-servico-de-informacao/>>. Acessado em: 26 dez. 2012.

DUMAS, Alexandre. **Olympia de Cleves**, 1852.

GEORGE Sand. **Wikipedia**. 2012. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/George_Sand>. Acesso em: 14 mar. 2013.

GOLDSMITH, Oliver. **The Vicar of Wakefield**. Leipzig: Printed por George Wigand, 1879.

GONÇALVES, Tereza. A importância da biblioteca para a promoção de hábitos de leitura. **Moinhos de Vento, Moinhos de Pensamento**. ano IX, n. 14, jun. 2007. Disponível em: < <http://pagina-de-vida.blogspot.com.br/2007/05/importncia-da-bibliotecapara-promoo-de.html> >. Acessado em: 5 dez. 2012.

GUARANÁ, Armindo. **Diccionario bio-bibliographico sergipano**. Rio de Janeiro, 1925.

HONORÉ de Balzac. **Wikipedia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Honor%C3%A9_de_Balzac>. Acessado em: 14 mar. 2013.

KOCK, Paulo de. **Os companheiros das Tubeiras**. Lisboa: Typographia de Salles, 1870.

L'ÉGLISE, L'état et. **Nouvelle legislation prussienne**. Berlin, 1874.

LANDELLE, G. DE La. **Vingança do Sargento**. Lisboa: Escriptorio da Empresa, 1873.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói; Intertexto, 2006.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **O “Gabinete de Leitura” e suas implicações na cultura escolar do império** – notas sobre a instituição no nordeste brasileiro. Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/?p=16655>>. Acesso em : 12 nov. 2012.

MATTOS, Ana Maria; DIAS, Eduardo José Wense. Desenvolvimento de Coleções em bibliotecas Universitárias: uma abordagem quantitativa. Rio Grande do Sul. **Perspectiva em Ciência da Informação**, v. 14, n. 3, p. 40, set./dez. 2009.

MATTOS, Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de. Da ideologia à arquitetura, um projeto além mar: os Gabinetes Portugueses de Leitura no Brasi. **19&20 – A Revista Eletrônica De Dezenove Vinte**. v. II, n. 2, abril 2007. Não paginado.

MENEZES, Úrsula Flores de. **Proposta de política de desenvolvimento de coleções para a biblioteca Carlos Barbosa do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 2007.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan./jun. 2007. ISSN: 1678-765X.

MONTÉPIN, Xavier. **O Ventríloquo**. Rio de Janeiro: Typografrya da Gazeta de Noticias, 1877.

PAULILO, ANDRÉ LUIZ. Projeto político e sistematização do ensino público brasileiro no século XIX. São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, p. 467-496, maio/ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22514.pdf>>. Acessado em: 22 dez. 2012.

PEREIRA, Andréa Kluge. **Biblioteca na escola**. Brasília: Min. da Educ., Secr. de Educ. Básica, 2006.

PESQUISA revela a história do livro e dos gabinetes de leitura em Belém. **Fundação Amazônia Paraense**. 2010. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/?q=node/1544A>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Tradução de Tarcicio Zandonade. Brasília, DF: Briquet de lemos livros, 2009.

ROMANI, Claudia; BORSZCZ, Iraci (Orgs.). **Unidade de Informação: conceitos e competências**. Florianópolis: UFSC, 2006.

ROUSSEAU, J. J. **Philosophie**. 1824.

SAND, George. **Lelia**. Paris: Michel Lèvy Freres Libraires Éditeurs, 1862.

SANTOS, Keizer. 201 anos de João Gomes de Melo. **Maruim.net**. 2010. Disponível em: <<http://www.maruim.net/2010/09/201-anos-de-joao-gomes-de-melo-o-barao.html#more>>. Acessado em: 2 abr. 2013.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. **Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX**. Brasília, DF, v. 39 n. 1, p.67-87, jan./abr., 2010.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. Maruim no século XIX. In_____. **Revista Literária do Gabinete de Leitura de Maruim (1890-1891):** subsídio para a história dos Impressos em Sergipe. São Cristóvão: 2006. p. 16-26. Dissertação (Mestrado em Educação)- Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe.

SUAIDEN, Emir José. **A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação**. Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acessado em: 11 nov. 2012.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patricia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a09v29n3.pdf>>. Acessado em: 2 de abr. de 2013.

TERRAILL, Pouson du. **Rei dos Ciganos**, Lisboa: Typographia Lusitana, 1868.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ. **Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Bahia, 2012. Disponível em:<www.uesc.br/proler/index.php?item=conteudo_apresentacao.php>. Acesso em: 07 nov. 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/cienciadainformacao/index.php/ciinf/article/viewArticle/1208>>. Acesso em: 2 abr. 2013.

WEITZEL, Simone da Rocha. Política para desenvolvimento de coleções. In_____. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. p. 39-53.

ANEXOS

ANEXO A – Acervo do GLM



Fonte: Acervo do GLM, em 20 de fevereiro de 2013. Acervo particular da autora.

ANEXO B – Acervo do GLM



Fonte: Acervo do GLM, em 20 de fevereiro de 2013. Acervo particular da autora.

ANEXO C – Fachada do GLM



Fonte: Fachada do GLM, em 20 de fevereiro de 2013. Acervo particular da autora.